



Prefeitura Municipal  
de Maria da Fé

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ - MG

CNPJ: 18.025.957/0001-58

### LEI Nº 1.526, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Aprova o Plano Decenal Municipal de Educação para o decênio 2016-2025 e dá outras providências.

A Câmara Municipal, por seus representantes legais aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Decenal Municipal de Educação para o decênio 2016-2025 (PDME 2015-2025) constante no Anexo desta Lei, com vista ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal e Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º - São diretrizes do PDME 2016-2025:

- I. erradicação do analfabetismo;
- II. universalização do atendimento escolar;
- III. superação das desigualdades educacionais;
- IV. melhoria da qualidade do ensino;
- V. formação para o trabalho;
- VI. promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;
- VII. promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VIII. estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do orçamento municipal;
- IX. valorização dos profissionais da educação; e
- X. difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

Art. 3º - As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PDME 2016-2025 desde que não haja prazo inferior definido pra metas específicas.



Prefeitura Municipal  
de Maria da Fé

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ - MG

CNPJ: 18.025.957/0001-58

Art. 4º - A meta de ampliação progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência desta Lei, podendo ser revista, conforme caso, para atender as necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PDME 2016-2025.

Art. 5º - O Município deverá promover a realização de pelo menos duas conferências municipais até o final da década, com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução de PDME 2016-2025 e subsidiar a elaboração do próximo plano decenal.

Art. 6º - O Plano Plurianual, as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais deverão ser formuladas de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PDME 2016-2025 podendo ser alterados para atendimentos as alterações promovidas por ocasião de revisões.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

**ADILSON DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

# PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2016-2025

*Prefeitura Municipal*  
*Prefeito: Adilson dos Santos*

*Secretaria Municipal de Educação*  
*Secretária: Patrícia Santos de Almeida Bernardo*



# MISSÃO:

*A Secretaria Municipal de Educação do município de Maria da Fé tem como missão atuar de forma eficiente e eficaz, garantindo a universalização da educação infantil e fundamental em todas suas modalidades, articulando ações que contribuem na formação de um cidadão com valores humanísticos e na aquisição de conhecimento técnico – científico ecológico, cultural , artístico e tecnológico.*



# VALORES:

- **COMPROMENTIMENTO:** *Individual e de equipe na busca da qualidade, através de uma nova postura.*
- **SOLIDARIEDADE:** *Respeito às diferenças individuais, sociais, culturais, regionais, religiosas favorecendo a convivência, a cooperação e o trabalho coletivo.*
- **ÉTICA:** *Compromisso com a formação do aluno para exercício da cidadania.*
- **EQUIDADE:** *Direito ao acesso.*



# VISÃO:

*Desenvolver projetos inovadores para assegurar a permanência do aluno na escola, elevando o nível e qualidade do ensino ofertado para que se torne uma referência no município.*

*Atualmente a Secretaria Municipal de Educação oferece Sistema Apostilado Anglo aos alunos da Educação Infantil e alunos dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.*



## **ANEXO I- METAS E ESTRATÉGIAS**

**Meta 1:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste Plano Decenal de Educação.

### **Estratégias:**

- 1- Levantamento da demanda por creche para a população de até 03 anos;
- 2- Construção e reestruturação de creches, aquisição de equipamentos visando à melhoria da rede física das escolas públicas de Educação Infantil, bem como o aumento do quadro de funcionários e recursos pedagógicos para atender a demanda;
- 3- Pessoal qualificado em Educação Especial para os casos de inclusão.
- 4- Organizar as escolas de zona rural para atender a demanda de 3 anos, tornando-se centros de educação infantil.
- 5- Melhorar os espaços físicos das escolas de educação infantil;

**Meta 2:** Universalizar o ensino fundamental de 09(nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95%( noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência.

### **Estratégias:**

- 1-Oferecer e aumentar o número de vagas para reforço extraclasse;
- 2- Ofertar ensino integral para crescimento total do educando;
- 3- Fortalecer o monitoramento para os alunos com profissional qualificado para o cargo, anualmente;

- 4- Buscar informações sobre a vida familiar dos educandos para um trabalho individualizado e eficaz;
- 5- Incluir no calendário escolar projetos relacionados com as particularidades da cidade (artesanato, festivais culturais e meio ambiente);
- 6- Desenvolver formas alternativas de oferta de ensino para os filhos de profissionais que se dedicam a atividade de caráter itinerante e os valores sociais através de projetos;
- 7- Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, através de uma gestão democrática e participativa;
- 8- Promover atividades de estímulo a habilidades esportivas na escola;
- 9- Fortalecer o acompanhamento da permanência e do aproveitamento escolar de alunos beneficiários de programas do governo.

**Meta 3:** Universalizar , até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17( dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

**Estratégias:**

- 1- Estruturar o currículo de modo a atender aos alunos em sua totalidade garantindo melhores resultados no ENEM e do SAEB;
- 2- Organizar de maneira diversificada os conteúdos programáticos, visando a formação continuada de professores e alunos;
- 3- Assegurar a manutenção e a expansão do Ensino Médio, com infraestrutura adequada aos padrões mínimos nacionais, através da aplicação dos investimentos já definidos em lei;

- 4- Acompanhar as propostas enviadas pelo Ministério de Educação a respeito do currículo do Ensino Médio e articulá-las de acordo com a realidade do Município;
- 5- Apoiar as demandas locais em relação aos padrões necessários de infraestrutura para o ensino médio, buscando recursos decorrentes do Estado e/ou União (incluindo para laboratórios de química, física e biologia);
- 6- Garantir um trabalho de articulação com serviços de assistência social, Conselho Tutelar, Saúde, Cultura, Esportes e Lazer;
- 7- Implementar políticas que envolvam vários seguimentos da sociedade para prevenção a evasão , estimulando os alunos a participarem de cursos nas áreas tecnológicas e científicas;
- 8- Pesquisar junto ao Governo do Estado, estudo de causas de reprovação e abandono dos alunos do ensino médio adotando medidas corretivas e preventivas que elevem a qualidade e eficácia do ensino no sentido de reduzir no município a infreqüência, a repetência, abandono e evasão, acompanhando principalmente as situações de discriminação , preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas , gravidez precoce em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, Conselho Tutelar, Saúde e Proteção à adolescência e juventude;
- 9- Articular com os órgãos públicos (Secretaria Municipal de Educação) um cadastro anual municipal dos alunos com idade entre 15 e 17 anos com o intuito de garantir que todos estejam matriculados e freqüentando o Ensino Médio;
- 10- Criar uma forma de controle de freqüência e rendimento escolar dos alunos atrelada ao Bolsa Família;
- 11- Criação de novos cursos técnicos com laboratórios apropriados e parceria com empresas da região para aplicação dos conhecimentos adquiridos.

**Meta 4:** Universalizar para a população de 04(quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

**Estratégias:**

- 1- Capacitar professores e funcionários quanto à forma de inclusão de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais;
- 2- Encontros freqüentes com professores de escola regular juntamente com a equipe especializada da APAE/ Renascer para o acompanhamento do desenvolvimento do aluno;
- 3- Manter a presença do monitor capacitado em salas de ensino regular;
- 4- Garantir aos alunos especiais o acesso aos serviços de profissionais da área de saúde como: fisioterapeutas, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos e médicos neurologistas. Estes, poderão esclarecer as necessidades dos alunos e sugerir, ao professor, alternativas para o atendimento dessas necessidades;
- 5- Atividades ou estratégias que favoreçam a autonomia dos alunos para decidirem, opinarem, escolherem e tomarem iniciativas a partir de suas necessidades e motivações;
- 6- Estratégias e recursos que promovam o acesso ao conhecimento a comunicação e a locomoção (comunicação alternativa/ aumentativa);
- 7- Recursos tecnológicos que promovam o acesso ao conteúdo pedagógico;
- 8- Atividades que desenvolvam os processos mentais (atenção, percepção, memória, raciocínio, linguagem, criatividade, etc.);

- 9- Ação integrada com o professor de escola regular, visando favorecer o acesso do aluno ao currículo (trabalho diferenciado) e a sua integração ao grupo;
- 10- Promover palestras e eventos contra o preconceito nas escolas que atendem alunos com necessidades educacionais especiais.

**Meta 5:** Alfabetizar todas as crianças, no máximo , até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

**Estratégias:**

- 1- Seleção de professores alfabetizadores (perfil);
- 2- Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores alfabetizadores;
- 3- Articular e integrar os trabalhos da pré-escola com os anos iniciais do Ensino Fundamental;
- 4- Manter os instrumentos de avaliação diagnósticas a fim de implementar medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;
- 6- Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreça, a melhora do fluxo escolar e a abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 7- Manter as aulas de reforço no contraturno e “garantir” a frequência desses alunos;
- 8- Aumentar a oferta de transporte escolar para trazer os alunos no contraturno para as aulas de reforço e atendimento ao AEE;
- 9- Desenvolver atividades lúdicas, induzindo a motivação e à diversão possibilitando que os alunos reelaborem criativamente sentimentos e

conhecimentos, edificando novas possibilidades de interpretação e de representação do real, de acordo com suas necessidades;

- 10- Promover situações através de jogos, brincadeiras e dramatizações (atividades psicomotoras, projeto literário, etc.), promovendo a interação entre os alunos e contribuindo para o desenvolvimento e o bem estar no ambiente escolar;
- 11- Planejar situações diversificadas de modo que as crianças ampliem seus conhecimentos e capacidades.

**Meta 6:** Oferecer educação em tempo integral em , no mínimo, 50% das escolas públicas de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

#### **Estratégias:**

- 1- Implementar meios para implantação de um projeto pedagógico diferenciado e formação de seus agentes;
- 2- Implementar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadra poliesportiva, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, biblioteca, auditórios e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
- 3- Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar , combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.
- 4- Ampliar as possibilidades de permanência da criança na escola para além da jornada regular, aderindo no “Mais Educação”, Programa do Ministério da Educação;
- 5- Iniciar o projeto de educação em tempo integral pelas escolas de zona rural.

**Meta 7:** Fomentar a qualidade de educação básica em todas as etapas e modalidades , com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais nos anos iniciais e finais, do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

**Estratégias:**

- 1- Capacitação diversificada com materiais didáticos acessíveis e lúdicos aos professores e aulas paralelas como reforço (AEE) para alunos com dificuldades;
- 2- Mobilizar as famílias a participar da vida escolar de seus filhos;
- 3- Formação periódica de todo corpo docente.
- 4- Assegurar, por meio de estratégias estabelecidas pela escola, que todos os alunos alcancem pelo menos 75% de aprendizagem em relação aos direitos;
- 5- Ter uma equipe multidisciplinar (psicóloga, fonoaudióloga e outros) para atender os alunos;
- 6- Criar programas que venham garantir políticas de combate à violência nas escolas, adotando medidas disciplinares;
- 7- Garantir o acesso dos alunos às práticas esportivas, culturais e artísticas;
- 8- Mais investimento na área de tecnologia;
- 9- Oportunizar aos professores o acesso à internet e à equipamentos que facilitem aos docentes e discentes trabalhar e pesquisar em uma sala própria para esse processo;
- 10- Continuar com a aplicação de avaliações diagnósticas e periódicas e efetivar a intervenção pedagógica;
- 11- Preparar o aluno visando sua inclusão na sociedade;

**Meta 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18(dezoito) a 29(vinte e nove) anos, de modo a alcançar , no mínimo , 12(doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25%(vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Estratégias:**

- 1- Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para a correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para a recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;
- 2- Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, Saúde, Conselho Tutelar e proteção à juventude;
- 3- Garantir a educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, garantindo a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- 4- Garantir aumento do oferecimento de transporte escolar para que os jovens e adultos de zona rural, que estejam em defasagem de idade e tenham interesse em estudar, possam ser atendidos em turmas de aceleração e projetos;
- 5- Realizar parcerias entre o governo Estadual e Municipal, e entre a Secretaria de Educação Municipal e Escola Estadual para oferecer cursos técnicos noturnos para a clientela dessa faixa específica (18 a 29 anos). Promover parcerias com as empresas da região para atendimento de estágios remunerados ou não;
- 6- Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso á escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar para a garantia de freqüência e apoio à aprendizagem, de maneira a

estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;

- 7- Intensificar a divulgação dos programas educacionais para cursos superiores, cotas e ajudas proporcionadas pelo governo;

**Meta 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três vírgula cinco por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste Plano Decenal, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### **Estratégias:**

- 1- Valorizar os alunos, motivá-los, inseri-los no cotidiano da sociedade, mostrando-os que o futuro de uma nação depende daqueles que participam, atuam e fazem a diferença dentro da mesma;
- 2- Fazer uso de tecnologias, técnicas alternativas de alfabetização, projetos diferenciados para despertar o interesse dos alunos;
- 3- Buscar parcerias com escolas profissionalizantes tornando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) um curso onde o aluno tenha oportunidades profissionais;
- 4- Promover atividades lúdicas, recreativas, esportivas que tornem prazerosas as aulas;
- 5- Realizar anualmente diagnósticos dos jovens e adultos com ensino fundamental incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- 6- Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a todos os que não tiveram acesso a educação básica na idade própria;
- 7- Mostrar para o aluno a importância da educação como base para a solução dos problemas sociais;

- 9- Buscar apoio e acompanhamento da família para reduzir em no mínimo 50% a taxa de evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA), até o final de 2018;

**Meta 10:** Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamentais e médios, na forma integrada à educação profissional.

**Estratégias:**

- 1- Promover uma parceria entre Secretaria de Educação Municipal e Escola Estadual para realização de levantamento de demanda de EJA no município no último trimestre de 2015. Levantamento também de dados que apontem as carreiras profissionais mais relevantes e necessárias a nossa região;
- 2- Manter programa nacional de Educação de Jovens e Adultos voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;
- 3- Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da Educação de Jovens e Adultos em parceria com o PRONATEC e considerando as especificidades e os interesses das populações;
- 4- Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional;
- 5- Estabelecer, juntamente com a Secretaria de Educação Municipal, políticas para a educação profissional;
- 6- Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do

trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos;

- 7- Assegurar, nas escolas profissionalizantes, a infra-estrutura física, didática e tecnológica adequada, de acordo com os padrões necessários a qualidade do ensino profissional, atendendo, inclusive, aos alunos com necessidades especiais.

**Meta 11:** Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50%(cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

**Estratégias:**

- 1- Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio nas rede pública estadual de ensino;
- 2- Buscar incentivos junto ao Governo Federal para a abertura de novos cursos profissionalizantes na cidade e ampliação do transporte público escolar;
- 3- Estimular os alunos à participação de cursos profissionalizantes;
- 4- Aumentar a divulgação desses cursos para toda a população do município;
- 5- Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 6- Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;
- 7- Assegurar transporte escolar gratuito aos alunos dos cursos profissionalizantes desde que comprovadamente estejam freqüentes nos cursos;

- 8- Trabalhar objetivamente os princípios e compreensão de educação unitária e universal de qualidade.

**Meta 12:** Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

**Estratégias :**

- 1- Garantir ajuda com o passe estudantil para os alunos que necessitam de cursos superiores nas cidades vizinhas, principalmente para aqueles que comprovarem baixa renda;
- 2- Obter junto às Universidades convênios para implantação de cursos tecnológicos profissionalizantes, na modalidade EAD, nas áreas de tecnologia, de economia e de administração, de ciências agrárias e veterinárias, além de uma diversificação de oferta na área de saúde, de educação e de comunicação social, no próprio município, diminuindo as despesas com o passe estudantil e garantindo mensalidades mais acessíveis aos estudantes de famílias de baixa renda;
- 3- Modernizar e reestruturar o sistema de acesso à Internet, para que os computadores e laboratórios das diversas escolas do município sejam capazes de proporcionar uso irrestrito de estudo e pesquisa em sites e plataformas virtuais, que possuam interfaces de comunicação e informação a todos jovens e crianças da rede pública e particular;
- 4- Criar um programa de financiamento estudantil, com apoio do poder executivo e legislativo municipal, de modo que os estudantes carentes possam compensar a dificuldade de pagamento de suas mensalidades ou obter bolsas de estudo parciais e integrais. O levantamento anual destes estudantes deverá ser feito por comissão própria, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação. Além disso, poderia adotar o critério de seleção através das notas do Ensino Médio / histórico escolar ou avaliações realizadas durante o Ensino Médio;
- 6- Desenvolver um programa paralelo de reforço de estudos universitários aos alunos com dificuldades ou deficiências de aprendizagem, através de monitoria de

colegas e/ou ex-colegas, incentivados por estágios remunerados por empresas e/ou comerciantes interessados na capacitação de mão-de-obra a reverter para os seus próprios negócios;

- 7- Promover uma ampla pesquisa na comunidade escolar, visando atualizar e adequar o programa e o currículo escolar do Ensino Superior às reais necessidades do aluno frente aos desafios de domínio do conhecimento no mundo globalizado;
- 8- Observar as metas pertinentes ao Ensino Superior, incluídos nos aspectos (Educação Especial, Valorização e Formação de Professores, Gestão e Financiamento) abordados pelo Plano Nacional de Educação;

**Meta 13:** elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

- 1- Incentivar os cursos de Pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado) no município, através da aplicação do Plano de Carreira, ou seja, valorizando o profissional da educação efetivamente comprometido com um ensino de boa qualidade, investindo-se na sua formação continuada e na equivalente melhoria salarial, compatível com sua formação acadêmica e carga horária semanal/mensal;
- 2- Ver na formação dos professores, condição primordial para garantir a melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos, assegurando a construção de uma escola eficiente, criativa, consciente de sua função social e de seu compromisso político: formar cidadãos para intervir na vida da sociedade;
- 3- Promover cursos permanentes de formação continuada em Mestrado e Doutorado para os profissionais da educação, considerando a formação global, as especificidades das diversas áreas do conhecimento e de atuação, através de convênios com a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), no Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB);

- 4- Intermediar convênios e relações interinstitucionais com Educação a Distância de Pós-Graduação com instituições de ensino da região, de modo que possam ser desenvolvidos projetos comuns e parcerias de Extensão, Atualização, Aperfeiçoamento e Especialização em diversas áreas do conhecimento humano, com benefícios mútuos e contribuições à comunidade científica.

**Meta 14:** Elevar gratuitamente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

**Estratégias:**

- 1- Expandir o financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de Ensino juntamente as agências bancárias;
- 2- Expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias à distância;
- 3- Oferta de bolsas parciais e integrais de cursos de pós-graduação stricto sensu pela Prefeitura e Estado em parceria com as agências de Ensino;
- 4- Favorecer o acesso das populações do campo com intuito de reduzir as desigualdades;
- 5- Expandir os programas de acervo digital quanto às referências bibliográficas.

**Meta 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e o município, no prazo de um ano de vigência do Plano Nacional de Educação, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394/1996, assegurando-lhes a devida formação inicial, nos termos da legislação, e formação continuada em nível superior de graduação e pós-graduação, gratuita e na respectiva área de atuação.

**Estratégias:**

- 1- Manter parceria com Instituição de Ensino Superior;

- 2- Garantir o ingresso dos profissionais da Educação nas Instituições parceiras por meio de bolsas e programas de incentivo financeiro;
- 3- Ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da Educação Básica;
- 4- Consolidar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da Educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;
- 5- Implementar programas específicos para formação de profissionais da Educação para as escolas do campo e para a Educação Especial;
- 6- Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da Educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da Educação Básica;
- 7- Implantar no prazo de um ano de vigência desta lei política nacional de formação continuada para os (as) profissionais da Educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;
- 8- Desenvolver modelos de formação docente para a Educação profissional que valorizem a experiência prática, por meio da oferta, nas redes Federal e Estaduais de Educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.

**Meta 16:** Formar, até o último ano de vigência deste PNE, 50% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação stricto ou lato sensu em sua área de atuação, e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos dos vários sistemas de ensino.

- 1- Manter parceria com instituições públicas de Educação Superior, de forma a proporcionar e garantir o ingresso e permanência dos profissionais da Educação em curso de pós-graduação *Stricto* ou *Lato Sensu*;
- 2- Implantar Plano de Carreira que contemple a valorização do Profissional da Educação Básica que se mantenha interessado na formação continuada;

**Meta 17:** Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equipar seu rendimento médio aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano de vigência deste Plano Decenal de Educação.

**Estratégias:**

- 1- Implantação do Plano de Carreira que contemple:
  - a- Formação do professor;
  - b- Desempenho do professor (produtividade);
- 2- Estabelecer um plano de progressão (escala de melhoria salarial com porcentagem a corrigir a diferença dos salários ano a ano);

**Meta 18:** Assegurar no prazo de dois (02) anos a existência de Planos de Carreiras para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

**Estratégias:**

- 1- É necessário a aplicabilidade do Plano Nacional de Carreira. O governo em qualquer nível, seja municipal, estadual ou federal, não deve se esquecer de manter a equidade na remuneração do trabalho exercido dentro do padrão de exigência por ele mesmo elaborado;

- 2- Formar uma comissão contendo um membro de cada segmento da educação, juntamente com uma equipe especializada e competente para discutir, elaborar e formatar um Plano de Carreira para assegurar aos profissionais da educação seus direitos e valorizar os que se empenham em melhorar sua qualidade profissional por meio de capacitação e formação por iniciativa própria ou obrigatória;
- 3- Criar mecanismos para avaliar os profissionais da educação de maneira que sua produção em sala de aula, seu empenho e sua qualificação o faça subir em uma escala e que o faça merecer tal êxito.
- 4- Respeitar a lei que assegura o piso salarial nacional profissional;

**Meta 19:** Garantir, em leis específicas aprovadas no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a efetivação da gestão democrática na educação básica e superior pública, informada pela prevalência de decisões colegiadas nos órgãos dos sistemas de ensino e nas instituições de educação, e forma de acesso às funções de direção que conjuguem mérito e desempenho à participação das comunidades: escolar e acadêmica, observada a autonomia federativa.

**Estratégias:**

- 1- Aprimorar a gestão democrática em todos os níveis etapas, e modalidades da educação, abrindo espaço para toda a comunidade escolar;
- 2- Efetivar e estimular a participação da comunidade escolar em conselhos escolares, colegiado em todos os níveis da educação;
- 3- Realizar ao menos uma vez ao ano, conferências ou debates para refletir e analisar os projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimes escolares;
- 4- Divulgar os projetos pedagógicos, planos de gestão administrativa e financeira, bem como os processos de prestação de contas a toda comunidade escolar .

**Meta 20:** Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final do decênio.

**Estratégias:**

- 1- Garantir o financiamento do quadro das políticas educacionais;
- 2- Aplicar como prevê a constituição no mínimo 25% da receita resultante de impostos compreendida e proveniente de transferências e a maior porcentagem se necessário para a oferta de educação pública de qualidade, na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- 3- Lutar pela garantia de financiamento adequado das políticas educacionais e do investimento público de forma a atingir o patamar de 7% (PIB) até o 5º ano de vigência do PNE e 10% até o final do decênio;
- 4- Garantir que o financiamento da educação, os recursos vinculados e subvinculados sejam investidos na educação em todos os níveis da educação básica: 25% da receita, FUNDEB e Salário Educação;
- 5- Lutar junto, a UNDIME para que seja fixado o custo aluno-qualidade, pelo Governo Federal e repassado aos municípios.

## **ANEXO II - INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS DO PME**

### **Meta 1: Educação Infantil**

#### **Indicador 1A – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.**

##### Informações necessárias:

População de 4 e 5 anos que frequenta a escola: 247

População de 4 e 5 anos de idade: 369

Fonte: dados da Secretaria Municipal de Educação - 2010

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo: **77,7%**

#### **Indicador 1B – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola**

##### Informações necessárias:

População de 0 a 3 anos de idade que frequenta a escola: 136

População de 0 a 3 anos de idade: 705

Fonte: dados da Secretaria Municipal de Educação - 2010

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo: **17,5 %**

---

### **Meta 2: Ensino Fundamental**

#### **Indicador 2A – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.**

##### Informações necessárias:

População de 6 a 14 anos de idade que frequenta a escola: 2279

População de 6 a 14 anos de idade: 2270

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo: **98,9%**

#### **Indicador 2B – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.**

##### Informações necessárias:

População de 16 anos de idade com 9 ou mais anos de estudos X População com 16 anos de idade.

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) dados de 2010

Cálculo: **82,8%**

### **Meta 3: Ensino Médio**

#### **Indicador 3A – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.**

##### Informações necessárias:

População de 15 a 17 anos de idade que frequenta a escola: 785

População de 15 a 17 anos de idade: 844

Fonte: dados da Secretaria Municipal de Educação - 2010

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo: **86,7 %**

---

#### **Indicador 3B – Taxa líquida de matrícula no ensino médio.**

##### Informações necessárias:

População de 15 a 17 anos de idade que frequenta o ensino médio X População de 15 a 17 anos de idade

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) dados de 2010

Cálculo: **66,6 %**

---

### **Meta 4: Inclusão**

#### **Indicador 4 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.**

##### Informações necessárias:

População de 04 a 17 anos de idade que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou apresenta deficiência mental/intelectual permanente e que frequenta a escola X População de 04 a 17 anos de idade que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou apresenta deficiência mental/intelectual.

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) dados de 2010

Cálculo: 92,4%

---

### **Meta 5: Alfabetização Infantil**

#### **Indicador 5 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º Ano do ensino fundamental.**

##### Informações necessárias:

Crianças do 3º Ano do Ensino Fundamental consideradas alfabetizadas de acordo com a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): 90

Crianças do 3º Ano do Ensino Fundamental avaliadas pela ANA: 99

Fonte oficial: ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização)/INEP

Cálculo: **97,9%**

---

### Meta 6: Educação Integral

**Indicador 6A – Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares.**

Informações necessárias:

Número de escolas públicas com alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares: 04

Número total de escolas públicas: 15

Fonte oficial: INEP/Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal)

Cálculo: **45,5 %**

**Indicador 6B – Percentual de alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares.**

Informações necessárias:

Número de alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares: 108

Número total de alunos da educação básica: 1909

Fonte oficial: INEP/Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal) (2014)

Cálculo: **5,1 %**

---

### Meta 7: Qualidade da Educação Básica/IDEB

#### Escolas Públicas

#### 5º Ano

Município †	IDEB OBSERVADO				
	2005 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †
MARIA DA FE	3.9	5.0	5.9	6.2	6.3

## 9º Ano

Município †	IDEB OBSERVADO				
	2005 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †
MARIA DA FE	4.0	4.2	4.5	4.9	4.8

Fonte: [www.ideb.inep.gov.br](http://www.ideb.inep.gov.br)

### Meta 8: Elevação da Escolaridade/Diversidade

#### Indicador 8A – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.

##### Informações necessárias:

Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade X  
População de 18 a 29 anos de idade.

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) dados de 2010

Cálculo: 8,9%

#### Indicador 8B – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural.

##### Informações necessárias:

Soma dos anos das pessoas residentes na área rural na faixa etária de 18 a 29 anos de idade X População de 18 a 29 anos de idade residente na área rural.

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) dados de 2010

Cálculo: 8,3%

#### Indicador 8C – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.

##### Informações necessárias:

Soma dos anos de estudo das pessoas entre os 25% mais pobres na faixa etária de 18 a 29 anos de idade X População de 18 a 29 anos de idade entre os 25% mais pobres.

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) 2010

Cálculo: 7,5%

#### Indicador 8D – Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.

##### Informações necessárias:

Soma dos anos de estudo de negros na faixa etária de 18 a 29 anos de idade X  
População de negros de 18 a 29 anos de idade.

Soma dos anos de estudo de não negros na faixa etária de 18 a 29 anos de idade X  
População de não negros de 18 a 29 anos de idade.

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) dados de 2010

Cálculo: 93,1%

---

### **Meta 9: Alfabetização de jovens e adultos**

#### **Indicador 9A – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.**

Informações necessárias:

População com 15 anos ou mais de idade que foi declarada alfabetizada: 10.036

População com 15 anos ou mais de idade: 10.388

Fonte: dados da Secretaria Municipal de Educação - 2010

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo: **92,2 %**

#### **Indicador 9B – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.**

Informações necessárias:

População com 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos de estudo X

População com 15 anos ou mais de idade.

Fonte oficial: IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal) dados de 2010

Cálculo: 34,1%

---

### **Meta 10: EJA Integrada**

**Não se aplica**

#### **Indicador 10 – Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.**

Informações necessárias:

Número de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nas etapas fundamental e médio X Número total de matrículas da educação de jovens e adultos nas etapas fundamental e médio.

Fonte oficial: INEP/Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal)

Cálculo: 0,0%

---

## **Meta 11: Educação Profissional**

### **Indicador 11A – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio.**

#### Informações necessárias:

Matrículas na educação profissional de nível médio:

2010 – 18 alunos

2011 – 31 alunos

2013 – 71 alunos

Fonte oficial: INEP/Censo Escolar da Educação Básica (abrangência municipal)

### **Indicador 11B – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública.**

#### Informações necessárias:

Matrículas na educação profissional de nível médio na rede pública:

2010 – 18 alunos

2013 – 52 alunos

Fonte oficial: INEP/Censo Escolar da Educação Básica (abrangência municipal)

---

## **Meta 12: Educação Superior**

**Não se aplica**

### **Indicador 12A – Taxa de escolarização bruta na educação superior da população de 18 a 24 anos.**

#### Informações necessárias:

População que frequenta a educação superior X População de 18 a 24 anos de idade.

Fonte oficial: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (abrangência: Estado, Região e Brasil)

Cálculo: 0,0%

### **Indicador 12B – Taxa de escolarização líquida ajustada na educação superior da população de 18 a 24 anos.**

#### Informações necessárias:

População de 18 a 24 anos de idade que frequenta ou já concluiu a educação superior X População de 18 a 24 anos de idade.

Fonte oficial: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (abrangência: Estado, Região e Brasil)

Cálculo: 0,0%

---

### **Meta 13: Qualidade da Educação Superior**

**Não se aplica**

**Indicador 13A – Percentual de funções docentes na educação superior com mestrado ou doutorado.**

Informações necessárias:

Número de funções docentes com mestrado ou doutorado na educação superior: 0

Número total de funções docentes na educação superior: 03

Fonte oficial: INEP/Censo da Educação Superior (abrangência: Estado, Região e Brasil) dados de 2010

Cálculo: **0,0 %**

**Indicador 13B – Percentual de funções docentes na educação superior com doutorado.**

Informações necessárias:

Número de funções docentes com doutorado na educação superior: 0

Número total de funções docentes na educação superior: 03

Fonte oficial: INEP/Censo da Educação Superior (abrangência: Estado, Região e Brasil) dados de 2010

Cálculo: **0,0 %**

---

### **Meta 14: Pós-Graduação**

**Não se aplica.**

**Indicador 14A – Número de títulos de mestrado concedidos por ano.**

Informações necessárias:

Número de títulos de mestrado concedidos; 0

Fonte oficial: CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (abrangência: Estado, Região e Brasil) dados de 2010

**Indicador 14B - Número de títulos de doutores concedidos por ano.**

Informações necessárias:

Número de títulos de doutorado concedidos: 0

Fonte oficial: CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(abrangência: Estado, Região e Brasil) dados de 2010

---

### **Meta 15: Profissionais de Educação**

**Não se aplica**

Não há indicador da situação dos entes federados do Brasil para essa meta do PNE.

---

### **Meta 16: Formação continuada**

**Indicador 16 – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu e stricto sensu.**

Informações necessárias:

Número de funções docentes na educação básica com pós-graduação lato ou stricto sensu: 153

Número total de funções docentes na educação básica:208

Fonte: (Abrangência Municipal) dados de 2014

Cálculo: **73,56 %**

---

### **Meta 17: Valorização do professor**

**Não se aplica**

**Indicador 17 – Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), e não professores, com escolaridade equivalente.**

---

### **Meta 18: Plano de carreira docente**

**Não se aplica**

**Não há indicador definido para a meta 18**

---

### **Meta 19: Gestão democrática**

**Indicadores auxiliares que apontam para a existência de práticas de gestão democrática.**

Informações necessárias:

Existência de Fórum ou Conselho Municipal de Educação.

Caráter do conselho e periodicidade das reuniões.

Existência de conselhos de alimentação escolar, transporte.

Existência de conselho escolar e composição desse.

Formas de elaboração do Projeto pedagógico da escola e de eleição do diretor.

---

### **Meta 20: Financiamento**

**Não se aplica**

Não há um indicador que permita acompanhar o cumprimento da meta.

## ANEXO III - DIAGNÓSTICO

### SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	30
2	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	31
2.1	ASPECTOS GERAIS.....	32
2.2	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	33
2.3	ASPECTOS SOCIAIS.....	35
2.3.1	Pobreza e Transferência de Renda .....	42
2.3.2	Índice de Desenvolvimento Humano.....	43
2.4	ASPECTOS ECONÔMICOS .....	46
2.4.1	Produção.....	46
2.4.2	Mercado de Trabalho .....	49
2.5	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	51
2.5.1	Estrutura.....	51
2.5.2	Capacidade Técnica .....	51
2.5.3	Finanças.....	52
2.5.4	Planejamento .....	53
3	PLANOS DE EDUCAÇÃO .....	55
4	EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	56
4.1	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO .....	56
4.2	DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO .....	
4.2.1	Garantia do Direito à Educação Básica com Qualidade .....	70
4.2.1.1	Educação Infantil .....	70
4.2.1.2	Ensino Fundamental.....	71
4.2.1.3	Ensino Médio.....	73
4.2.1.4	Alfabetização .....	74
4.2.1.5	Educação em Tempo Integral.....	76
4.2.1.6	Aprendizado Adequado na Idade Certa.....	77
4.2.1.7	EJA Integrada à Educação Profissional.....	78
4.2.1.8	Educação Profissional .....	79
4.2.2	Superação das Desigualdades e a Valorização das Diferenças .....	81
4.2.2.1	Educação Especial / Inclusiva .....	81
4.2.2.2	Elevação da escolaridade / diversidade .....	82
4.2.3	Valorização dos Profissionais da Educação.....	84

4.2.3.1	Formação dos Professores.....	84
4.2.3.2	Formação Continuada e Pós-Graduação .....	86
4.2.3.3	Remuneração do Magistério.....	87
4.2.3.4	Plano de Carreira .....	88
4.2.4	Ensino Superior.....	89
4.2.5	Gestão Democrática e Participação Social .....	90
4.2.6	Financiamento.....	91

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Taxa de crescimento anual – 2000 e 2010 .....	40
GRÁFICO 2 – População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010 ....	41
GRÁFICO 3 – Evolução dos Cadastros dos Programas Sociais .....	42
GRÁFICO 4 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município – 2010 .....	46
GRÁFICO 5 – Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado – 2005 a 2010.....	47
GRÁFICO 6 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011.....	47
GRÁFICO 7 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) – 2011.....	48
GRÁFICO 8 – Taxa de desemprego por área selecionada – 2010.....	49
GRÁFICO 9 – Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010.....	50
GRÁFICO 10 – Admitidos e desligados no município – 2005 a 2010.....	50
GRÁFICO 11 – Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo – 2011.....	51
GRÁFICO 12 – Distribuição percentual das 5 (cinco) principais despesas do município – 2011.....	52
GRÁFICO 13 – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola .....	70
GRÁFICO 14 – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola .....	70
GRÁFICO 15 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola ...	71
GRÁFICO 16 – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído .....	71
GRÁFICO 17 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola .	73
GRÁFICO 18 – Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos.....	73
GRÁFICO 19 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental.....	75
GRÁFICO 20 – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade	75
GRÁFICO 21 – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.....	76
GRÁFICO 22 – Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares .....	76

GRÁFICO 23 – Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares .....	77
GRÁFICO 24 – Percentual de matrículas de educação e jovens e adultos na forma integrada à educação profissional .....	79
GRÁFICO 25 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola .....	81
GRÁFICO 26 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos .....	82
GRÁFICO 27 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural .....	83
GRÁFICO 28 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente entre os 25% mais pobres .....	83
GRÁFICO 29 – Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos .....	84
GRÁFICO 30 – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu .....	86
GRÁFICO 31 - Remuneração média dos professores de nome de 2010 a 2014. ....	87
GRÁFICO 32 - Despesas com Pessoal - Poder Executivo e Legislativo .....	88

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Município .....	43
TABELA 2 Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental ...	72
TABELA 3 - Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental ..	72
TABELA 4 – Taxa de Distorção Idade-série – Ensino Médio.....	74
TABELA 5 – Média de horas-aula diária dos alunos por etapa de ensino .....	77
TABELA 7 – Médias nacionais para o Ideb constantes da meta 7 do PNE. ....	77
TABELA 8 – IDEB observado e Meta projetada do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública de nome .....	78
TABELA 9 – IDEB observado e Meta projetada do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública de nome .....	78
TABELA 10 – Matrículas de Educação Profissional Técnica total e por forma de articulação com o Ensino Médio .....	79
TABELA 11 - Matrículas de Educação Profissional Técnica por rede .....	80
TABELA 12 - Matrículas de Educação Profissional Técnica por localidade.....	80
TABELA 13 - Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por tipo de classe.....	82
TABELA 14 – Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior	85
TABELA 15 – Porcentagem de professores que tem licenciatura na área em que atuam .....	85
TABELA 16 – Porcentagem de professores da educação básica com pós graduação por tipo de graduação .....	87
TABELA 17- Receita Arrecadada x Receita Própria (R\$) .....	91
TABELA 18 – Percentual de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	92
TABELA 19 – Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino .....	92

## 1- INTRODUÇÃO:

O Plano Municipal de Educação no contexto atual é de suma importância para o município, pois trata de um processo democrático, com princípios de autonomia e colaboração, cujos componentes do processo envolvem a participação da sociedade e a análise de dados estatísticos, demográficos, educacionais, dados qualitativos sobre o ensino, a infra-estrutura e planos anteriores.

O Plano Municipal de Educação tem sua importância considerando a sua abrangência, que é a educação como direito, a educação como instrumento de desenvolvimento econômico e social e a educação como fator de inclusão social (estratégia mais eficaz de combate à exclusão social).

Elaborar um Plano de Educação implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas em nosso país.

No município de Maria da Fé as metas foram formuladas para enfrentar as barreiras de acesso e permanência, e o exercício da cidadania, incorporando os princípios do respeito aos direitos humanos visando a sustentabilidade socioambiental, a valorização da diversidade e da inclusão e a valorização dos profissionais que atuam na Educação em Maria da Fé.

O Plano Municipal de Educação foi elaborado e embasado na Lei nº 13.005/2014 que institui o PNE e é a base para a construção do PME.

Foi nomeada uma comissão e equipe técnica que juntamente com a comunidade escolar estudou e refletiu as metas do PNE, apontando estratégias para que as mesmas sejam cumpridas.

O Plano Municipal de Educação não pode estar deslocado dos objetivos da população e da administração municipal, embora deva transcender a perspectiva de um governo. Quanto mais houver envolvimento dos atores e da população para definir os objetivos do Plano, estes serão concretizados com a possibilidade de melhorias na educação.

O PME tem como principal objetivo universalizar uma educação de qualidade, atendendo à Diretriz Política enunciada na constituição do Brasil. O PME é o “como” viabilizar o sonho do ideal de educação que queremos para os marienses. É a definição de uma política para essa educação. É um planejamento efetivo e democrático com compromisso de uma educação coletiva com valores, princípios e tendências definidos e baseados em diagnósticos qualitativos e quantitativos,

confirmação de estratégias, indicadores de desempenho, compromisso com resultados. Assim se faz um Plano em projeto educacional inovador para Maria da Fé.

É um plano para dez anos, portanto, transcende a possibilidade de ser o planejamento para uma única gestão e se submete a valores específicos da mesma, não pode deixar de ser contextualizado para ser eficiente, é uma construção coletiva entre as redes: Municipal, Estadual, Particular e o Poder Legislativo e Executivo que buscam o mesmo objetivo.

## **2- CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

### **2.1- ASPECTOS GERAIS**

No início do século XIX, grandes fazendeiros, José Rodrigues e Maria da Fé de São Bernardo estabeleceram-se nesta região, na fazenda denominada “Campos”.

A região ficou conhecida como Campos de Maria da Fé. Mais tarde, ao surgir o povoado, esta recebe o nome “ Maria da Fé”, em sua homenagem.

Maria da Fé, ao contrário da maioria das cidades brasileiras , não cresceu em torno de uma igreja. A Estrada de Ferro do Sapucaý, mais tarde denominada Rede Mineira de Viação e Rede Ferroviária Federal S/A, teve grande influência na formação e desenvolvimento do município. A estação Ferroviária é o marco zero onde deu início ao povoado.

A estação ferroviária foi inaugurada no dia 27 de junho de 1891, trazendo em seu nome a qualificação da emblemática Dona Maria da Fé. Para além de uma simples homenagem à fazendeira pioneira da região, a referida estação acabou por representar a matriz geradora da nova vila que surgia: a VILA DE CAMPOS DE MARIA DA FÉ.

Maria da Fé está localizada na região sul de Minas Gerais, no alto da Serra da Mantiqueira.

Sua economia é baseada na agricultura, com forte destaque para a bataticultura e a fruticultura de clima temperado. A partir de 1.990 a cultura da batata, principal fonte de renda e trabalho da região, começa a entrar em decadência devido ao aparecimento de pragas na batata semente, ao corte dos subsídios, ao encarecimento da produção pelo

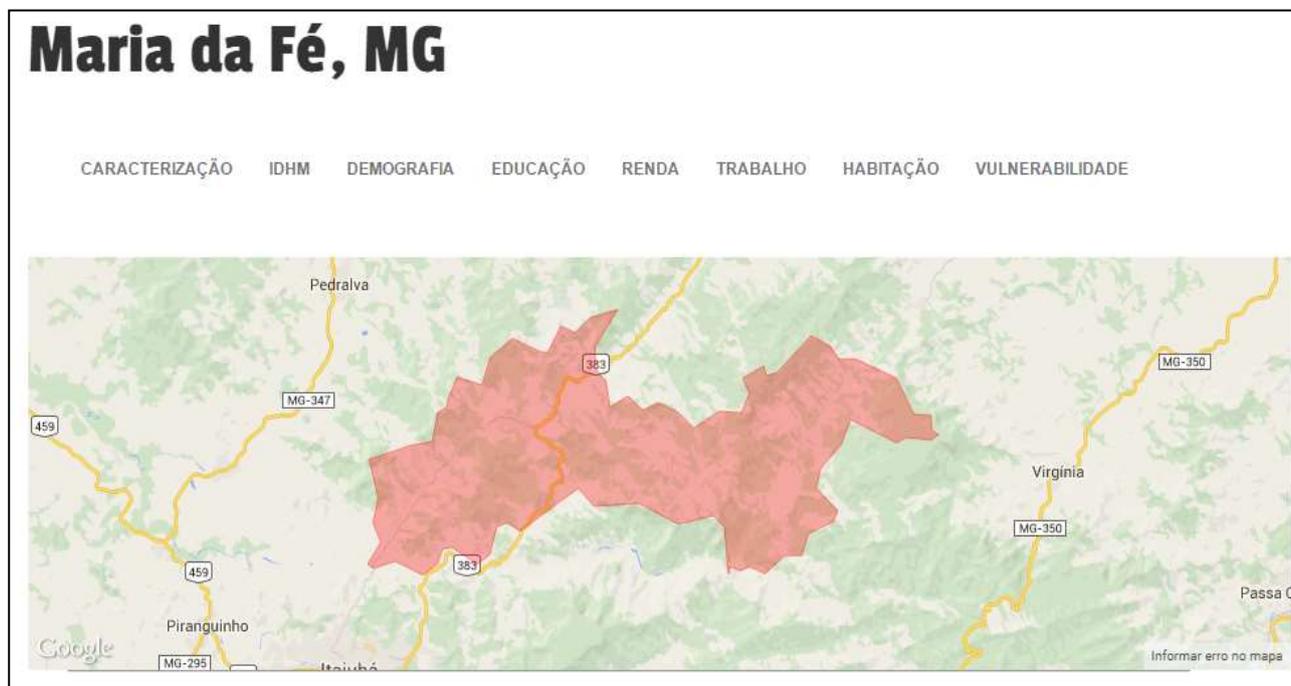
relevo acidentado e pela dificuldade de mecanização e modernização tecnológica o que gerou uma grande perda de competitividade com outras regiões do Estado e do País.

Sua posição privilegiada sempre atraiu visitantes, devido ao seu excelente clima, denominado Tropical de Altitude frio. Sua temperatura media anual é de até 17 °C, considerada a cidade mais fria do estado; já foram registradas em seus termômetros temperaturas de até 8 °C negativos, sendo comum a ocorrência de geadas.

Atualmente o município desenvolve um potencial turístico, com destaque no artesanato , onde se pode destacar renomados designers e artesãos que trabalham com matéria prima do município e apresentam Maria da Fé no cenário nacional e internacional.

Maria da Fé é conhecida como cidade dos Olivais, cultura esta que se tornou um novo rumo para os agricultores com o cultivo das Oliveiras e a produção do azeite que foi reconhecido como 1º azeite nacional fabricado no Brasil em parceria com os estudos tecnológicos desenvolvidos pela Fazenda Experimental EPAMIG.

## MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



Fonte: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/maria-da-fe\\_mg](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maria-da-fe_mg). Acesso dia 04/05/2015

## QUADRO 1 – Caracterização do território

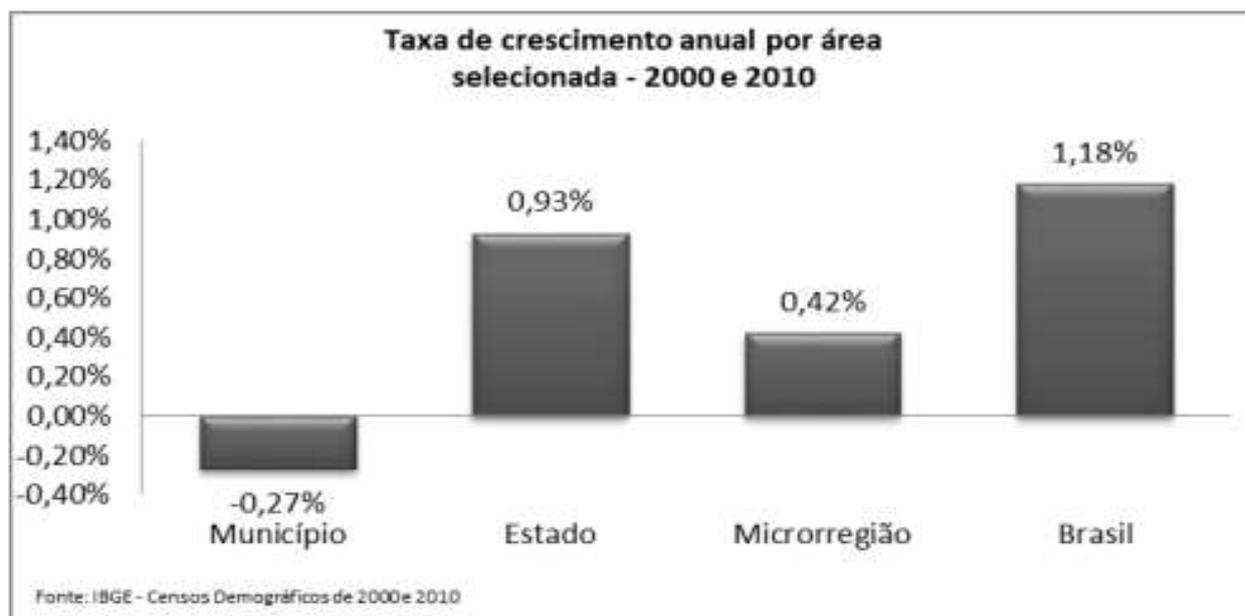
# Caracterização do território

Área 204,6 km <sup>2</sup>	IDHM 2010 0,702	Faixa do IDHM Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	População (Censo 2010) 14.216 hab.
Densidade demográfica 69,48 hab/km <sup>2</sup>	Ano de instalação 1911	Microrregião Itajubá	Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas

Fonte: Atlas Brasil 2013, [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/maria-da-fe\\_mg](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maria-da-fe_mg). Acesso dia 04/05/2015.

## 2.2- ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Taxa de crescimento anual – 2000 e 2010



### Aspectos Demográficos

#### Demografia

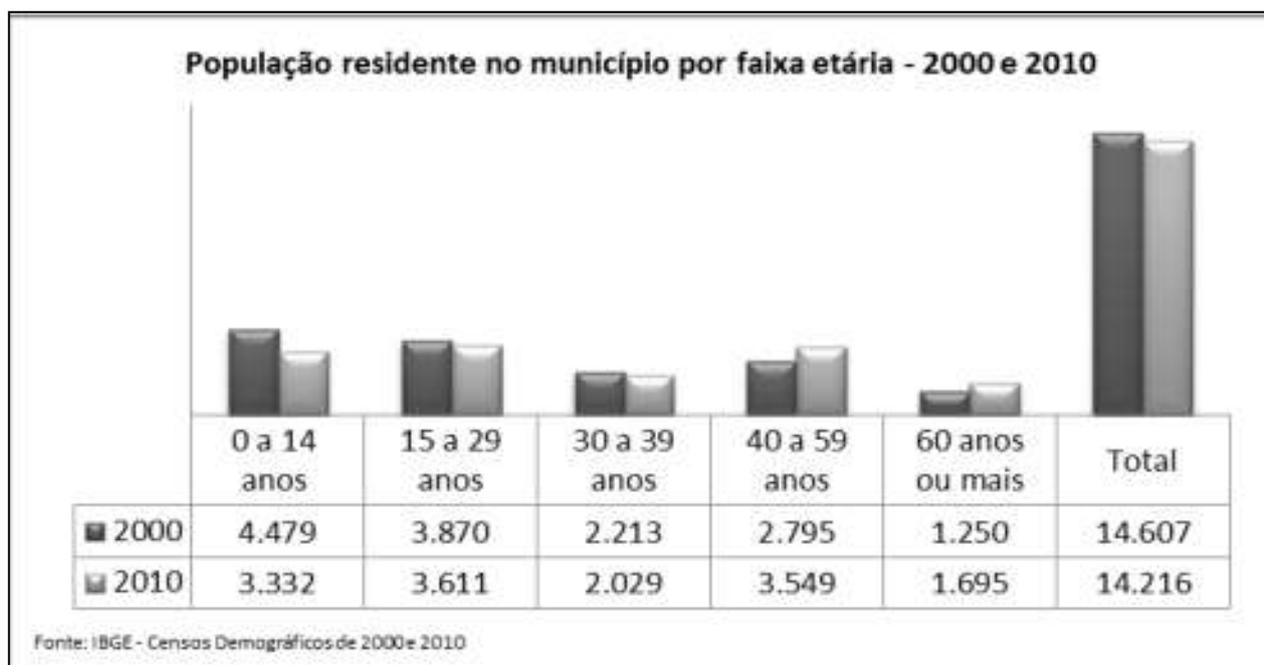
A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,27% ao ano, passando de 14.607 para 14.216 habitantes. Essa taxa foi

inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,93% ao ano e inferior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 Representava 53,47% e em 2010 a passou a representar 58,97% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 3,1% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 8,6% da população, já em 2010 detinha 11,9% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -2,9% ao ano. Crianças e jovens detinham 30,7% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 4.479 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 23,4% da população, totalizando 3.332 habitantes.

GRÁFICO 2 – População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,34% ao ano), passando de 8.878 habitantes em 2000 para 9.189 em 2010. Em 2010, este grupo representava 64,6% da população do município.

## 2.3- ASPECTOS SOCIAIS

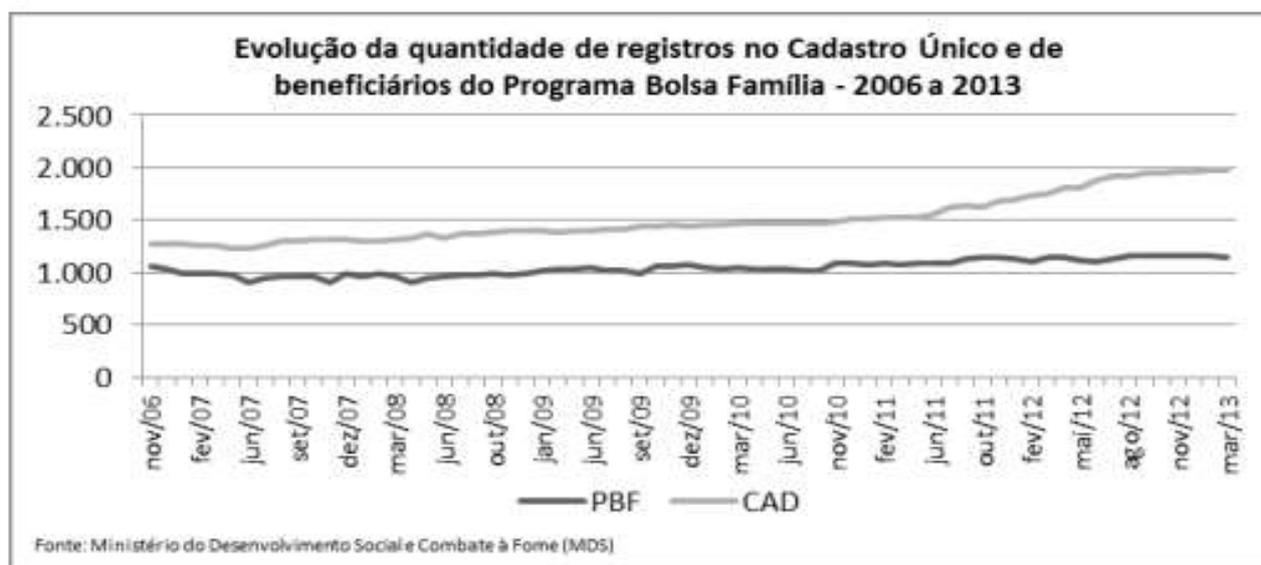
### 2.3-1. Pobreza e Transferência de Renda

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 14.216 residentes, dos quais 527 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 3,7% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 390 (74,1%) viviam no meio rural e 136 (25,9%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 1.978 famílias registradas no Cadastro Único e 1.153 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (58,29% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o município:

GRÁFICO 3- Evolução dos Cadastros dos Programas Sociais



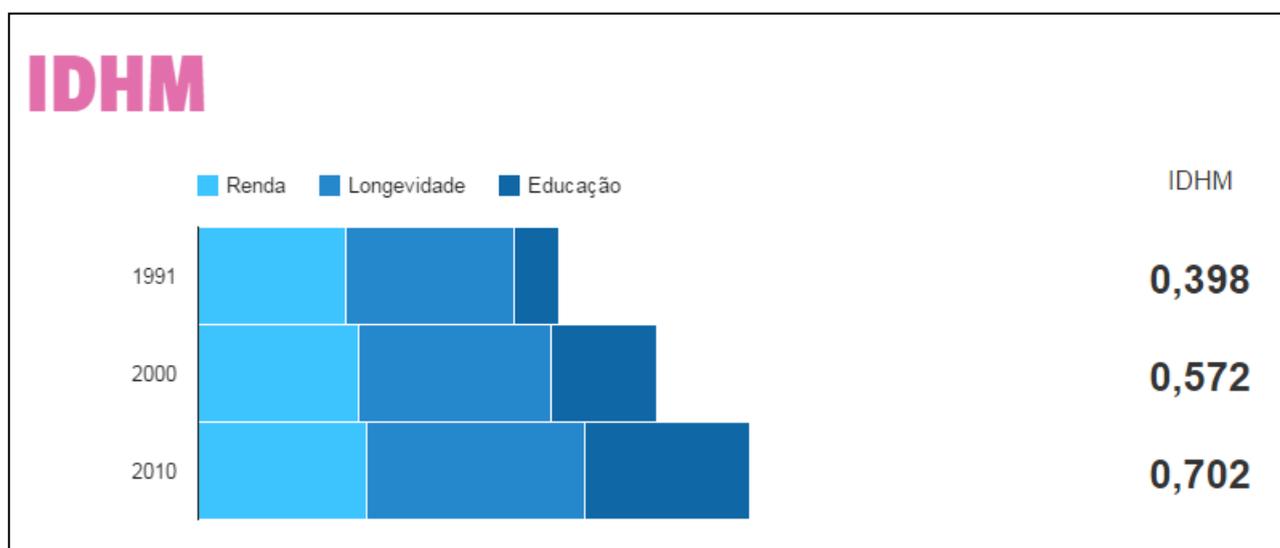
Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS)

O município apresenta uma cobertura cadastral inferior às estimativas oficiais, de modo que, para alcançar todas as famílias em extrema pobreza, é necessário realizar ações de Busca Ativa para incluir 4 famílias.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 80 famílias em situação de extrema pobreza.

## 2.3-2. Índice de Desenvolvimento Humano

TABELA 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes  
Maria da Fé



Fonte: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/maria-da-fe\\_mg](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maria-da-fe_mg). Acesso dia 04/05/2015

### Componentes

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Maria da Fé é 0,702, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,842, seguida de Renda, com índice de 0,646, e de Educação, com índice de 0,637.

## Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Maria da Fé – MG

<b>IDHM e componentes</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	0,172	0,409	0,637
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	14,84	22,20	41,67
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	37,08	84,42	96,02
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	26,21	73,40	91,39
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	6,80	38,57	78,36
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	4,00	25,91	49,24
<b>IDHM Longevidade</b>	0,651	0,737	0,842
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,07	69,20	75,53
<b>IDHM Renda</b>	0,565	0,620	0,646
Renda per capita (em R\$)	269,14	379,90	445,11

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

### **Evolução**

#### **Entre 2000 e 2010-**

O IDHM passou de 0,572 em 2000 para 0,702 em 2010 - uma taxa de crescimento de 22,73%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 69,63% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,228), seguida por Longevidade e por Renda.

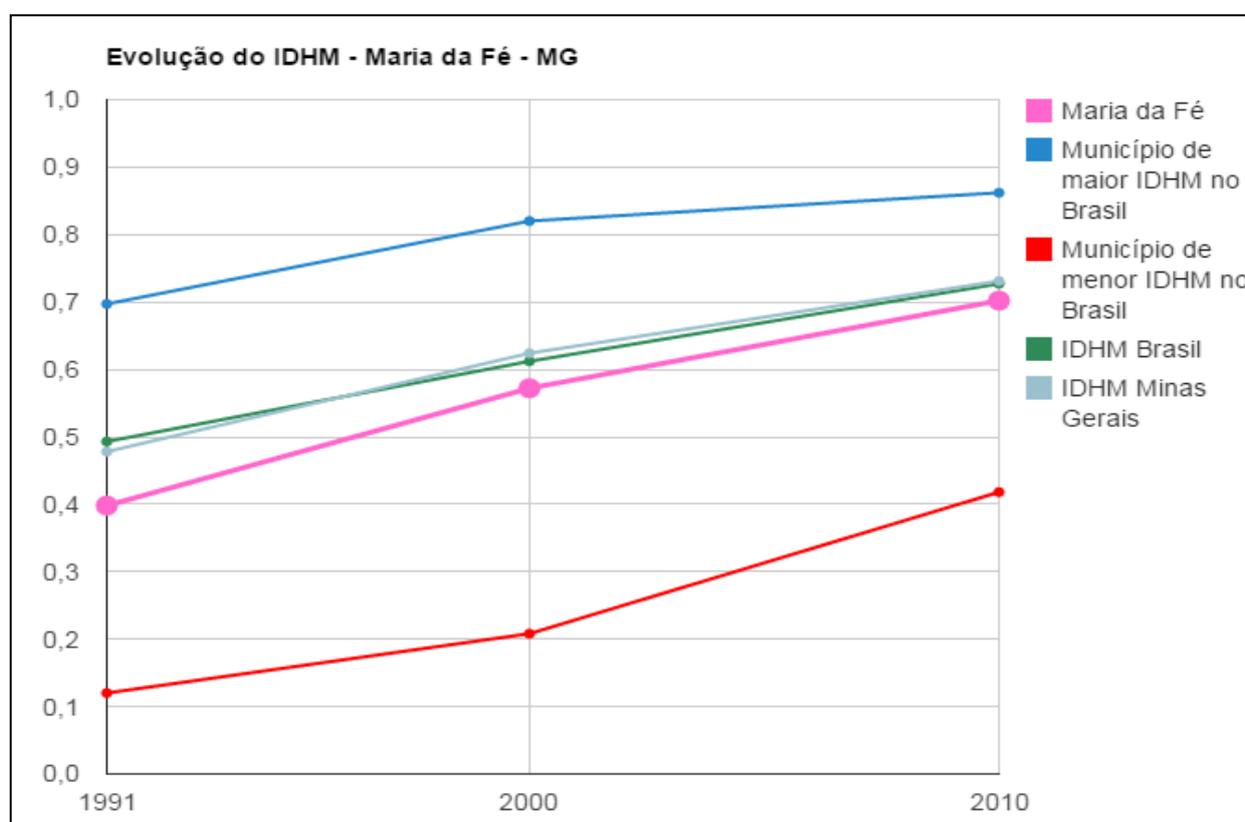
#### **Entre 1991 e 2000-**

O IDHM passou de 0,398 em 1991 para 0,572 em 2000 - uma taxa de crescimento de 43,72%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 71,10% entre 1991 e 2000.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,237), seguida por Longevidade e por Renda.

## Entre 1991 e 2010-

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,398, em 1991, para 0,702, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 76,38% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 49,50% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,465), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.



## Ranking

Maria da Fé ocupa a 1842ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

## 2.4- ASPECTOS ECONÔMICOS

### 2.4-1. Produção

#### Produção Econômica

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 42,7%, passando de R\$ 69,6 milhões para R\$ 99,4 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 49,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,04% para 0,03% no período de 2005 a 2010.

GRÁFICO 4 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município – 2010



Fonte: IBGE

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 34,2% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 11,7% em 2010, contra 8,9% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 8,9% em 2005 para 26,4% em 2010.

GRÁFICO 5 – Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado – 2005 a 2010



Fonte: IBGE

### Produção Agropecuária

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:

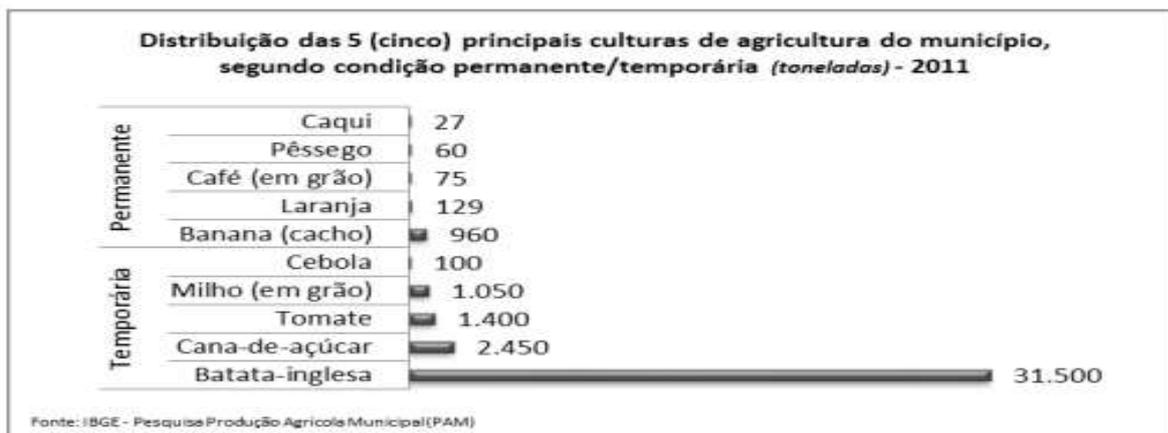
GRÁFICO 6 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011



Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Pecuária Municipal (PAM)

Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:

GRÁFICO 7 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) – 2011



Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM)

## Agricultura Familiar

O município possuía 337 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 79% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 46% da área, ocupavam 62% da mão-de-obra do setor e participavam com 67% do valor da produção agropecuária municipal. Atualmente, temos 65 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao seu Estado e ao Brasil:

Quantidade de agricultores cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)	
<b>Município</b>	65
<b>Estado</b>	355.100
<b>Brasil</b>	4.395.395

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

## 2.4.2- Mercado de Trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 6.693 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 6.199 estavam ocupadas e 494 desocupadas. A taxa de participação ficou em 54,9% e a taxa de desocupação municipal foi de 7,4%. No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:

GRÁFICO 8 – Taxa de desemprego por área selecionada – 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 38,6% tinham carteira assinada, 35,5% não tinham carteira assinada, 19,5% atuam por conta própria e 0,9% de empregadores. Servidores públicos representavam 2,2% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 3,3% dos ocupados.

GRÁFICO 9 – Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Das pessoas ocupadas, 5,4% não tinham rendimentos e 60,9% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 770,87. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 878,34 e entre as mulheres de R\$ 629,66, apontando uma diferença de 39,49% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por seis anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 302. No último ano, as admissões registraram 290 contratações, contra 244 demissões.

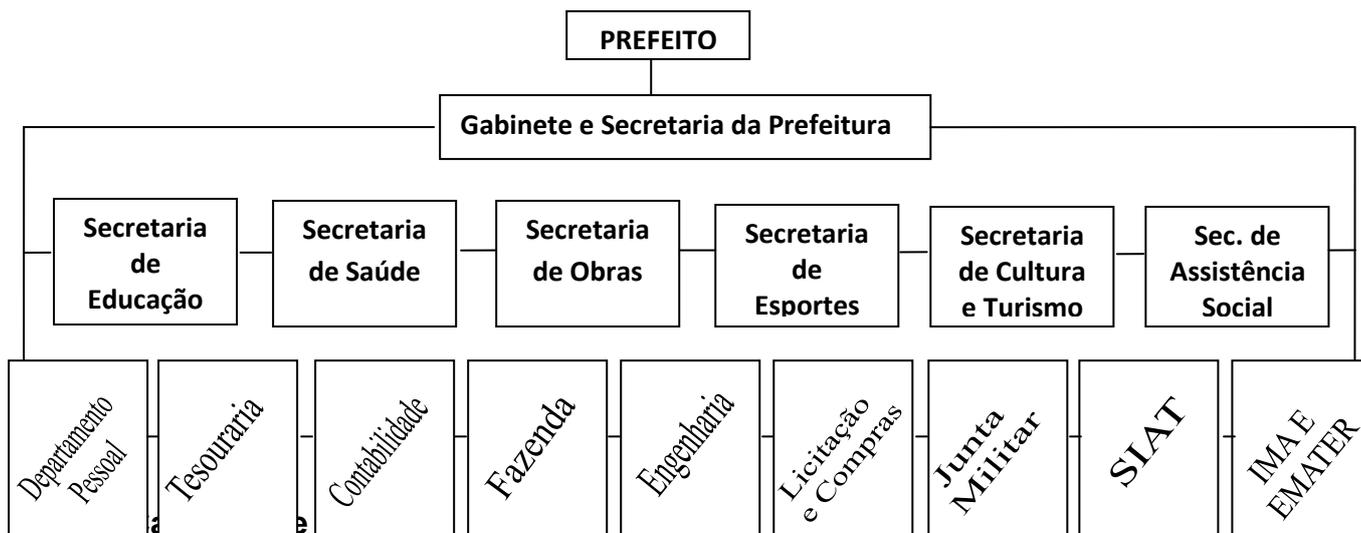
GRÁFICO 10 – Admitidos e desligados no município – 2005 a 2010



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

## 2.5- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### 2.5.1- Estrutura



### 2.5.2- Capacidade Técnica

#### Recursos Humanos

A Administração Municipal conta com 470 servidores, entre os quais 95,7% são estatutários. Entre 2009 e 2010 o município realizou concurso público.

GRÁFICO 11 – Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo – 2011



Fonte: IBGE – Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) – 2011

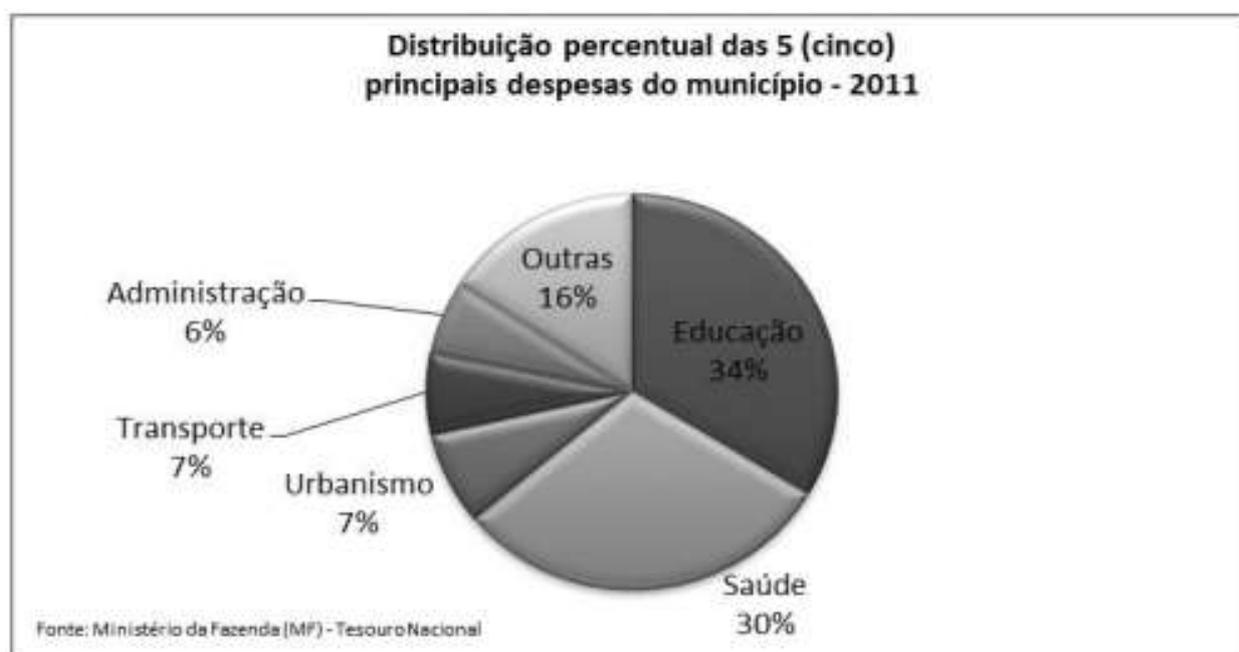
### 2.5.3- Finanças

#### Finanças públicas

A receita orçamentária do município passou de R\$ 8,7 milhões em 2005 para R\$ 13,3 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 53,1% no período ou 11,24% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 7,61% em 2005 para 7,16% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção diminuiu de 24,48% para 23,71%. A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 54,15% da receita orçamentária em 2005 para 55,18% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 23,76% em 2011.

GRÁFICO 12 – Distribuição percentual das 5 (cinco) principais despesas do município – 2011



Fonte: Ministério da Fazenda (MF) – Tesouro Nacional

As despesas com educação, saúde, administração, urbanismo e transporte foram responsáveis por 89,22% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 2,42% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,20%.

## 2.5.4- Planejamento

O Planejamento do Governo Municipal de Maria da Fé é embasado nas seguintes Leis:

PPA – Lei Municipal nº 1483/3013

LDO – Lei Municipal nº 1508/2014

LOA – Lei Municipal nº 1515/2014

O PPA é o planejamento de todas as ações orçamentárias do Governo Municipal, é elaborado e aprovado de 4 em 4 anos: no 2º ano do mandato do atual Prefeito até o 1º ano de mandato do Prefeito seguinte.

O PPA tem como diretrizes:

- I- Promoção do desenvolvimento sustentável e solidário;
- II- Realização de políticas públicas para a cidadania, a afirmação dos direitos e da justiça social;
- III- Efetivação da democracia, da qualidade da gestão pública e a ampliação da participação popular;

O objetivo estratégico do PPA a ser alcançado na Educação é: Garantir o direito constitucional à educação, por meio da promoção de políticas públicas que efetivem a educação básica como mediação para aprendizagem e o exercício da cidadania.

A LDO é a lei que fundamenta a lei orçamentária anual (LOA) onde são estabelecidas as diretrizes orçamentárias do município de Maria da Fé para cada ano fixando a despesa do município anualmente. É elaborada com fundamentação no PPA e nela constam todas as ações orçamentárias – orçamento anual, as prioridades e metas da administração, as metas fiscais, os riscos fiscais.

O município de Maria da Fé é um município com economia voltada para atividades agrícola e pecuária, destaca-se algumas fábricas (pequeno porte) que oferecem oportunidades de emprego.

O município caminha para o desenvolvimento do turismo que poderá expandir a economia e também o cultivo de oliveiras.

Na área educacional o município está em desenvolvimento: Maria da Fé oferece o Ensino Superior através de convênios com a Universidade à distância - Uniararas e é sede filial da Universidade Holística no Brasil.

Das escolas estaduais que oferecem Ensino Médio, a Escola Estadual “Nossa Senhora de Lourdes” também oferece Cursos profissionalizantes pelo PRONATEC.

Maria da Fé possui 02 escolas particulares, sendo uma (01) Creche inaugurada neste ano de 2015: Centro de Educação Infantil “Conexão Criança” que atende crianças de zero a cinco anos e o Colégio “1º de Junho” que oferece Educação Infantil ao Ensino Médio.

O município conta também com duas creches públicas: uma municipal e outra conveniada que atendem crianças de zero a três anos, mas não é o suficiente para atender toda a demanda. O município através, do PAR, foi contemplado com a construção de uma creche “PROINFÂNCIA” que atenderá duzentos e quarenta (240) crianças e aguarda o início da obra.

Em relação ao transporte escolar o município conseguiu renovar 100% da frota de transporte entre os anos de 2009 a 2015, proporcionando um transporte seguro a todos os estudantes que residem na zona rural. Alguns veículos foram adquiridos com recursos próprios do município, outros foram doados pela Secretaria de Estado da Educação e alguns adquiridos através do PAR pelo FNDE.

Através do PAR, o município recebeu também mobiliários escolares, cobertura de quadra, construção de quadra coberta, construção de uma Creche Proinfância e recursos para manutenção de Creche.

Os cidadãos marienses valorizam a educação e têm consciência que a educação é o caminho para o pleno desenvolvimento do cidadão e sua atuação na sociedade.

A rede municipal atende até o 9º Ano do Ensino Fundamental através da extensão de séries e oferece aos alunos o sistema apostilado Anglo desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental, com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade a todos os estudantes marienses.

### 3- PLANOS DE EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art.214, que deverá ser elaborado um Plano Nacional de Educação de duração decenal definidor de “diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades”. Como fruto de longa e complexa construção social, foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação (2014-2024) por meio da Lei nº 13.005/2014, cujas diretrizes, indicadas no art.2º são:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Como uma das previsões do atual PNE, estabeleceu-se que os Estados e Municípios deverão elaborar ou adequar seus respectivos planos ao PNE no prazo de um ano a contar da publicação do referido PNE (art.8º, da Lei nº 13.005/2014).

No que concerne à esfera estadual, a Constituição Mineira afirma que o Plano Estadual de Educação deve visar à articulação, à integração do poder público e à adaptação ao Plano Nacional. No âmbito da legislação estadual, a lei 19.481/2011 aprovou o Plano de Educação do Estado (PEE) para o decênio 2011-2020, definindo diretrizes para a elaboração dos Planos de Educação dos Municípios. O PEE está atualmente passando por revisão para sua adequação ao PNE.

Já em relação ao âmbito do Município de Maria da Fé, o Plano Municipal de Educação anterior tinha a vigência de 2006 a 2015 e foi aprovado pela Lei nº 1.285/2006.

Das cinco (05) metas estabelecidas como prioridade, quatro foram alcançadas no período de dez (10) anos, exceto a que se referia ao Plano de Carreira, que ainda está em elaboração. Tendo em vista as metas do Plano Nacional de Educação se faz necessário a elaboração e efetivação do Plano de Carreira que também é uma das metas deste Plano Municipal de Educação e deverá ser alcançada em dois anos a partir da aprovação deste PME.

## **4- EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO**

### **4.1- HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

O histórico da Educação do Município é bastante importante, pois nos permite ver o quanto foi avançado em termos de Educação, e olhar para o futuro, que desejamos, ser o melhor para a nossa comunidade escolar.

Desde o ano de 2010, a rede municipal de Ensino adotou o Sistema Anglo de Ensino, disponibilizando apostilas para todos os seus alunos, e ajudando na capacitação dos Educadores. Foi um grande avanço na qualidade da Educação do Município.

Neste ano de 2015 há na rede municipal um total de 1.877 alunos matriculados, 145 professores, cinco (05) Diretoras, cinco (05) Coordenadoras, 07 Supervisoras, uma Nutricionista, Agentes Administrativos e Auxiliares de Secretaria, Auxiliares de Serviços Gerais, Monitoras e Motoristas que trabalham no transporte escolar de alunos e professores.

A maioria dos Professores já possuem Curso de Nível Superior e poucos ainda não possuem uma Pós-Graduação.

Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental participam do Projeto de Informática em horário alternado de estudo.

Os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem são atendidos no contra turno com aulas de reforço e atendimento educacional especializado (AEE).

Desde 2010 a Secretaria Municipal de Educação oferece educação infantil de 04 e 05 anos tanto na zona urbana como na zona rural.

Assim podemos observar o crescimento na educação de nosso município, com o aumento da demanda de alunos e professores, e outros profissionais da área, bem como investimentos que foram feitos.

A educação atualmente conta com todos os Conselhos Municipais ativos: de Alimentação Escolar, do Fundeb, de Educação, também participa do Conselho Municipal de Controle Social do Bolsa- Família.

Na rede estadual, a Escola Estadual “Nossa Senhora de Lourdes”, no ano de 2014 contou com o Pronatec e aguarda neste ano a liberação do Governo Estadual para dar continuidade na Educação técnica profissional de seus alunos.

A Secretaria Municipal de Educação tem parceria com a Escola Estadual Renascer de Educação Especial, quanto aos alunos da sala de recursos, que vêm das escolas municipais, e fornecimento de materiais pedagógicos, escolares e de secretaria.

Na rede particular, também tem-se observado o aumento de alunos. O Colégio “1º de Junho” disponibiliza o curso pré-vestibular integrado ao 3º ano do Ensino Médio e também um Curso de Inglês para outros estudantes do município.

O Centro de Educação Infantil “Conexão Criança” inaugurada neste ano de 2015, atende crianças de zero a cinco anos

As entidades: Casa da Criança- SAMFÉ- e APAE, também recebem recursos da Prefeitura Municipal, subvenção, cessão de funcionários, suporte pedagógico e apoio na capacitação dos professores e funcionários.

A Prefeitura Municipal firmou convênio com a Uniararas cedendo espaço físico e material para Secretaria, internet e outros.

Muito foi avançado em termos de educação no município de Maria da Fé e ainda há muito que ser feito nesta área tão abrangente e de suma importância para a comunidade mariense.

Atualmente o Município conta com dez (10) escolas municipais, incluindo zona rural e urbana, três (03) escolas estaduais, duas (02) particulares, uma (01) Universidade à distância com dois Cursos de Graduação, uma(01) Universidade Holística e duas (02) Entidades Educacionais.

### **Zona Rural:**

1-Escola Estadual “São José” – Distrito de Pintos Negreiros

2-Escola Municipal “Monsenhor José Carlos de Faria” - Distrito de Pintos Negreiros

3-Escola Municipal Reverendo Moisés Ribeiro- Distrito São João

4-Escola Municipal “Guilhermino Batista Campos”- Distrito Posses

5-Escola Municipal “João Beraldo”- Distrito Mata do Izidoro

6-Escola Municipal “Getúlio Vargas”- Bairro Mata de Cima

### **Zona Urbana:**

7-Escola Municipal “Padre Pivato”- Ensino Fundamental I e II

8-Escola Municipal “Arlindo Zaroni”- Ensino Fundamental I

9-Escola Municipal “Arlindo Zaroni”- Ensino Fundamental II

10-Escola Estadual “Nossa Senhora de Lourdes- Ensino Fundamental II e Ensino Médio

11- Pré-Escola Municipal “Jardim Florido”

12-Creche Municipal “Mundo Mágico”

13-Escola Estadual “Renascer”- Educação Especial

14- APAE

15- Casa da Criança- SAMFÉ-

16- Centro de Educação Infantil “Conexão Criança”- Particular

17- Colégio “1º de Junho” - Particular

18- Uniararas- Cursos de Pedagogia e Administração

19- Universidade Holística

### **Dados das Escolas:**

#### **1- Escola Estadual São José:**

Em 1943 foi construída por uma moradora do Bairro, Dona Maria Imaculada e mais tarde em 18 de janeiro de 1957 a Câmara Municipal, através da Lei nº 68 doou ao Estado o imóvel onde funcionava as **Escolas Reunidas Dom Inocêncio**, a fim de que fosse construída uma Escola Rural Estadual. Em 01 de fevereiro de 1957, foi criada as **Escolas Isoladas de Pintos Negreiros**. Em 14 de abril de 1967, as referidas escolas isoladas tornaram-se Reunidas,e pela Lei nº 4.647 passou a se chamar **Escolas Reunidas São José** , em 21 de julho de 1970, através do decreto nº 12.836, transformou-se em **Grupo Escolar** com a mesma denominação anterior. Em 04 de abril de 1978 passou a ser denominada **Escola Estadual “São José”**. Atendia alunos de Pré-Escola e 1ª a 4ª Série primária. Em 1996 a Escola deixou de oferecer a educação infantil, devido a municipalização das turmas de Pré-Escola. Em 1998 foram municipalizadas as turmas de 1º, 2º e 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em 2010 foram municipalizadas as turmas de 4º e 5º anos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

**Atualmente:** A Escola Estadual “São José” passou por reforma e ampliação na rede física. Atende alunos do 6º a 9º Ano dos anos finais do Ensino Fundamental; Ensino Médio e alunos da Educação de Jovens e Adultos ( Ensino Fundamental II ).

## **2- Escola Municipal “Monsenhor José Carlos de Faria”- Distrito de Pintos Negreiros**

**Decreto de Criação Resolução nº 2932 de 24 de julho de 2014.**

A partir de 1998 com a municipalização, deixou de funcionar no município a **Escola Municipal “Rafael Arcanjo Gorgulho”**, e foi nucleada esta escola com a E. E. São José , porém funcionando com o nome de **Escola Municipal de “Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série”**, coabitada no mesmo prédio da Escola Estadual, atendendo apenas alunos de Pré-escola, 1ª e 2ª Série e 3ª Série.

Em 2010 passou a atender as turmas de 4º e 5º ano municipalizadas.

Em 08 de novembro de 2014, através da Portaria nº 1343/14, o nome da Escola passou a ser: Escola Municipal “Monsenhor José Carlos de Faria”, atendendo assim o almejo da população para que a Escola tivesse um nome homenageando alguém que muito lutou pelo desenvolvimento do Distrito de Pintos Negreiros.

A Escola recebeu o laboratório de Informática em 2012.

**Atualmente:** esta Escola atende alunos da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Possui 05 professores com Curso Superior.

## **3- Escola Municipal “Reverendo Moisés Ribeiro”- Bairro São João**

**Decreto de Criação: nº 26 de 20/06/1933.**

Localizada no Povoado São João, esta escola foi instalada em 1929, época em que o município era dirigido pelo Poder Legislativo. A primeira Escola funcionou na casa do Sr. João Gomes, o primeiro professor foi um português, chamado João Antonio, passado um tempo, ela passou a funcionar na casa do Sr. Aguielo Bustamante, tempo depois na casa do Sr. João Ribeiro Luz, no lugar chamado Contenda (atual engenho do Sr. Samuel Pereira). Em seguida, esta escola funcionou em Instalações cedidas pela congregação presbiteriana do povoado até o primeiro semestre de 1972, sendo construído neste ano, um prédio para funcionamento da Escola, no governo municipal do Sr. José da Mota Tótora.

**Atualmente:** atende alunos da Educação Infantil, e anos iniciais do Ensino Fundamental. Possui cinco professores, quatro com Curso de Nível Superior e destes, dois com Pós-Graduação, e um só com Magistério. Recentemente a Escola passou por reforma na rede física.

#### **4- Escola Municipal “Guilhermino Batista Campos”- Distrito Posses**

**Decreto de Criação :** nº 26 de 20 de junho de 1933,

A referida escola recebeu este nome em homenagem ao Senhor Guilhermino Batista Campos, homem atuante na comunidade que preocupava com a educação construindo o primeiro prédio com recursos próprios.

A Escola funcionou muitos anos em local precário. No ano de 1964, no governo do então Prefeito *Domingos Tótora*, com verba do MEC, foi construído o prédio da Escola, em terreno doado pelo Sr. José Guilhermino Filho. Houve no ano de 1999 uma grande reforma na Escola.

**Atualmente:** atende alunos da Educação Infantil e alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Possui cinco Professores, sendo que destes, um com Magistério (cursando Pedagogia) quatro com Curso Superior e Pós- Graduação. Recentemente a Escola passou por reforma na rede física.

#### **5- Escola Municipal “João Beraldo”- Distrito Mata do Izidoro**

**Decreto de Criação:** nº 26 de junho de 1933.

Foi construído o primeiro prédio num terreno doado pelo Sr. Antonio Cândido Martins. Em 1966 foi construído um novo prédio com apenas uma sala de aula, na administração do Prefeito Municipal Sr. Domingos Tótora. Em fins de 1971, na administração do Prefeito José da Mota Tótora, o prédio foi ampliado, funcionando com 03 salas de aula, possuindo 05 professores, sendo duas leigas. Em 1999 o prédio foi reformado e ampliado na administração do Sr. Dr. Celso Teixeira. O nome desta Escola foi em homenagem ao então Governador do Estado.

**Atualmente:** Atende alunos da Educação Infantil e alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Possui quatro professores, um com Magistério e três possuem Curso de Nível Superior. Recentemente a Escola passou por uma reforma na rede física.

## **6- Escola Municipal Getúlio Vargas”- Bairro Mata de Cima**

**Criada pelo Decreto nº 72 de 29/ 04/1957.**

Em 1957 foi feita a doação do terreno para a construção da escola, pelo Sr. Getulino Carlos Martins. Neste mesmo ano foi assinado o Decreto de Criação. Deixou de funcionar por causa de desabamento. Foi construída uma nova escola em 1960 pelo povo, mas logo paralisou por falta de condições técnicas. Reiniciou o funcionamento a partir de 1972. na administração do Prefeito José da Mota Tótora. Funcionando em condições muito precárias. Em 1979 passou por diversas reformas, ganhando mais uma sala de aula. A *Escola Municipal “Getúlio Vargas”* recebeu esse nome em homenagem ao Presidente da República “Getúlio Vargas”.

**Atualmente:** A Escola atende alunos da Educação Infantil e alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Possui três professores, dois com Magistério e um com Curso Superior. Recentemente a Escola passou por reformas na rede física.

## **7- Escola Municipal “Arlindo Zaroni de Ensino Fundamental” – Anos Iniciais**

**Decreto de Criação: nº 8.289 de 05/03/1928 e autorização de funcionamento em: 15/03/1928**

Recebeu esse nome em homenagem ao Ex-Prefeito Arlindo Zaroni que, muito trabalhou para que o referido estabelecimento se tornasse uma realidade.

Antes a Escola era conhecida como Grupo Escolar “Arlindo Zaroni” e passou a ser chamada Escola Municipal “Arlindo Zaroni” após a municipalização, que aconteceu em 28/02/1998, pela resolução nº 9.130. O prédio da Escola foi tombado pelo Patrimônio Municipal em 29/03/1999. Em 2005 o prédio foi devolvido ao Estado, por estar em situação precária de uso e pelo motivo que em 2004 foi inaugurado um novo prédio construído pelo município, para onde os alunos foram transferidos. Assim a Escola Municipal “Arlindo Zaroni” passou a funcionar em outro prédio com novo endereço. Em 2011 a Escola passou a atender alunos dos anos finais do Ensino Fundamental com o processo de extensão de séries, de acordo com a portaria nº 150/2011. O citado estabelecimento passou a identificar-se como: Escola Municipal “Arlindo Zaroni de Ensino Fundamental”. Em 2012 a Escola recebeu o laboratório de Informática.

Em 2011, o Prefeito Adilson dos Santos, juntamente com o Deputado Bráulio Bráz negociou junto a Secretária de Estado de Educação, o retorno do prédio antigo da Escola

para o município e a possibilidade de recursos para sua reforma. O pedido foi atendido e em 01 de junho de 2013 foi reinaugurada a Escola Municipal “Arlindo Zaroni” com o prédio - “Patrimônio Cultural do Município”, inclusive a fachada voltando a ser igual a primeira construção. Em agosto deste mesmo ano, os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) passaram a estudar no prédio reformado e devolvido à comunidade mariense, ficando os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, estudando no outro prédio, localizado à Avenida Dona Mariquinha.

**Atualmente:** a Escola está dividida em **Escola Municipal “Arlindo Zaroni” - Fundamental I**- Atende alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Conta com 23 professores, sendo que desses: 17 possuem Curso Superior e destes 07 com Pós-graduação, e 06 possuem somente o curso Magistério; e

#### **8- Escola Municipal “Arlindo Zaroni de Ensino Fundamental- Anos Finais**

Inaugurada em 17/12/2004, funcionando na Avenida Dona Mariquinha, atende alunos dos anos finais do Ensino Fundamental. Possui 37 professores, todos com Curso Superior e destes 07 com Pós-Graduação. Este prédio passou recentemente por reformas na rede física.

A Escola utiliza a quadra de esportes do Campo de Futebol para aulas de educação física e por este motivo o município, conseguiu recursos pelo PAR para a cobertura da mesma.

#### **9- Escola Municipal “Padre Pivato de Ensino Fundamental”-**

##### **Decreto de Criação nº 8.010 de 16/ 11/ 64.**

Foi instalada oficialmente em 20/06/64 com a denominação de Escolas Reunidas “Padre Pivato”. Passou a **Grupo Escolar “Padre Pivato”** pelo Decreto nº 8.335 de 26 de maio de 1965. O estabelecimento passou a denominar - se Escola Estadual “ Padre Pivato” de acordo com a resolução nº 810/ 74 de 19 de junho de 1974. Em 24 de dezembro de 1997 a Escola foi Municipalizada e passou a ser chamada de **Escola Municipal “Padre Pivato”**.

Em 2011 a Escola passou a atender alunos dos anos finais do Ensino Fundamental pelo processo de extensão de séries, através da portaria nº 148/2011. O citado estabelecimento passou a identificar-se como Escola Municipal “Padre Pivato de Ensino

Fundamental”. Devido a esta extensão de séries, em 2011 foram construídas mais duas salas de aula para atender a demanda. Foram também construídas uma sala de aula para o laboratório de informática, recebido em 2012, e uma sala para aulas de reforço e AEE.

**Atualmente:** Atende alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental e alunos dos anos finais do Ensino Fundamental. Possui com 25 professores, todos com Curso Superior, e destes 21 com Pós-Graduação. Recentemente a Escola passou por reforma e ampliação na rede física e está em construção uma nova quadra de esportes, com recursos recebidos pelo PAR.

#### **10- E. E. Nossa Senhora de Lourdes:**

**Foi fundada em 08 de março de 1965.**

O prédio foi construído com a colaboração do povo mariense, da Paróquia, da Sociedade de São Vicente de Paula, da gruta de Nossa Senhora de Lourdes, dos Motoristas da cidade, que doaram todo o dinheiro arrecadado para a construção da capela de São Cristóvão e dos Sócios da Sociedade Educacional Mariense.

No dia 04 de novembro de 1965, o Governo do Estado de Minas Gerais, criou o Ginásio Estadual através da Lei de nº 3.505. Em janeiro de 1966 foi feita ao Estado a doação do prédio juntamente com seu mobiliário, cumprindo a condição para sua instalação, passando a denominar **Ginásio Estadual de Maria da Fé**. Em 07 de abril de 1966, foi publicada a portaria de autorização, sob o nº 162. Em 15 de maio de 1967, conforme Lei nº 4.465 passou a denominar-se Ginásio Estadual “Nossa Senhora de Lourdes”. Em 29 de maio de 1968, o Governo do Estado criou o Colégio Normal Oficial Anexo ao Ginásio Estadual Nossa Senhora de Lourdes, através da Lei nº 4.779, condicionando seu funcionamento à celebração de convênio com a Prefeitura Municipal. Em janeiro de 1969 foi instalado o curso Normal, sendo autorizado através da portaria 236/ 69 de 08 de outubro do mesmo ano. Em 21 de fevereiro de 1986, através do Decreto nº 25.710, o Governador do Estado criou a Escola Estadual de 2º grau, a autorização de funcionamento foi publicada em 22 de fevereiro de 1986 pela Secretaria da Educação do Estado. O primeiro Diretor foi o **Sr. Joaquim Carneiro Filho**, que muito lutou para que essa Escola fosse criada, e o primeiro Secretário foi o **Sr. Braz Borges de Campos**.

**Atualmente:** A Escola atende alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Cursos profissionalizantes. Conta com 40 professores, sendo que destes 39 possuem Licenciatura Plena e apenas 01 possui Licenciatura Curta e todos com Pós-

Graduação. A Escola também está passando por reformas na rede física e neste ano de 2015 comemora 50 anos de funcionamento.

### ***11- Pré-Escola Municipal “Jardim Florido”-***

**Certificado de registro emitido em 16 de outubro de 1991, com o nº 1.956.**

Iniciou as atividades em 1986 e nos primeiros anos de funcionamento a Escola funcionou nas salas do Vicentão (prédio pertencente à Sociedade São Vicente de Paula), emprestada para o município e no antigo Posto de Saúde.

No ano de 1995 foi inaugurado o atual prédio da Pré-Escola Municipal “Jardim Florido”, que em 2010 foi reformado e ampliado, devido ao aumento de matrículas para atender alunos de 04 e 05 anos.

**Atualmente:** Situada na Av. Dona Mariquinha Vilela , nº2.120, desde 05 de dezembro de 1995, funciona em dois turnos, matutino e vespertino , e atende alunos da Educação Infantil, entre 04 a 05 anos de idade. Passou recentemente por reforma e ampliação na rede física.

### ***12- Creche Municipal “Mundo Mágico”***

**Decreto de Criação: nº 249, de 23 de julho de 1988.**

Em 04 de novembro de 1991 foi criada a Pré-Escola pelo senhor Prefeito Walter Mussulini Sarno. Em dezembro de 2004, inaugurou-se um prédio novo com objetivo de atender mais 50 crianças de zero a três anos, ficando assim com dois prédios interligados.

**Atualmente:** Atende crianças de zero a três anos de idade, priorizando as famílias de menor renda, mãe que trabalham fora e as encaminhadas pelo Conselho Tutelar é. A Escola também passou por reforma e ampliação na rede física recentemente.

### ***13- Escola Estadual “Renascer” – Educação Especial***

**Criada pelo Decreto 26.289 de 28 de outubro de 1986, portaria 1799/86.**

Foi criada para atender alunos com necessidades especiais. A escola funcionou desde então no mesmo prédio, até que em 1996, funcionou no “Vicentão”, a fim de que fosse reconstruída devida a situação precária do prédio.

**Atualmente:** A Escola atende alunos regularmente matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental e alunos do EJA dos anos Finais do Ensino Fundamental e alunos de outras Escolas que recebem apoio escolar.

#### **14- Casa da Criança- SAMFÉ-**

Foi fundada em 19 de janeiro de 1964, por membros da sociedade local. É uma entidade beneficente com autonomia administrativa e financeira. Funcionou desde a sua fundação até novembro de 1977, à Praça Nossa Senhora de Lourdes nº 23. Em dezembro de 1977, foi inaugurada a sua sede definitiva à Rua Alfredo Gaspar Guimarães, nº18, em prédio comprado pela Prefeitura da CASEMG (Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais) e doado a Sociedade dos Amigos de Maria da Fé, pela Lei nº 470, de 27 de maio de 1976. É uma instituição sem fins lucrativos e tem por objetivo.

**Atualmente:** atende crianças na faixa etária de 01 ano e meio a 03 anos. É administrada por uma Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Para a sua manutenção recebe recursos de convênios com a Prefeitura Municipal- subvenção, cessão de funcionários, material escolar, merenda escolar e material de secretaria. Recebe ajuda da comunidade e também realiza eventos como rifas, bingos e outros.

#### **15- APAE-**

No dia 25 de abril de 1981, o Dr. Marilúcio Sebastião Miranda convidou aproximadamente vinte e cinco (25) pessoas, dentre elas autoridades, líderes da comunidade, profissionais, equipe técnica da APAE da cidade de Itajubá e funcionária da extinta LBA, com o objetivo de oficialmente fundar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maria da Fé- APAE de Maria da Fé. Durante esta reunião foi elaborado e aprovado o Estatuto da Entidade e finalmente composta a diretoria. A equipe técnica da APAE de Itajubá, se colocou a disposição para desenvolver o tratamento das crianças.

Em janeiro de 1993 após a construção do prédio com ajuda da comunidade foi inaugurado o prédio próprio da Apae.

**Atualmente:** A APAE atende alunos: desde recém nascidos, em idade escolar e até 50 anos de idade, portadores de deficiências mentais, físicas, múltiplas, auditivas e condutas típicas. Possui em seu quadro de funcionários: Uma coordenadora, uma secretária, nove professoras e três auxiliares de serviços gerais. A equipe técnica é composta por

neuropediatra, fonoaudióloga, fisioterapeuta, psicóloga, assistente social e supervisora pedagógica. Recebe apoio da Prefeitura Municipal com relação a condução para o transporte das crianças com deficiências múltiplas dentro do município e da Zona Rural, subvenção mensal, cessão de funcionários, material para secretaria, material escola e merenda escolar.

#### **16- Centro de Educação Infantil “Conexão Criança”:**

**O Centro de Educação Infantil Conexão Criança foi fundado em 20 de fevereiro de 2015** pelas Professoras Patrícia Moraes Leão Silva, Tânia Cristina Ribeiro Noronha e pela Fisioterapeuta Poliana Maria Ribeiro, que tiveram como inspiração a alegria da criança desenvolvendo-se livre e espontaneamente ao brincar como se estivesse no quintal de sua casa. Por isso criaram o lema “Aqui se aprende brincando”.

Foi pensando no desenvolvimento integral da criança que foi criado o Centro de Educação Infantil Conexão Criança, o qual desenvolve uma metodologia contemporânea, baseada nos ateliês de Aprendizagem. Núcleos onde as crianças aprendem pela experiência direta, utilizando todos os sentidos e a criatividade para explorar ativamente o ambiente, construindo assim o próprio conhecimento de forma lúdica e significativa.

O Centro de educação Infantil está localizado na Avenida Coronel Silvestre Ferraz, 135, Centro, em prédio alugado e possui instalações amplas e adequadas oferecendo segurança e um ambiente acolhedor e estimulante.

Atende crianças de 06 meses a cinco anos de idade e funciona das 8 às 18 horas, oferecendo atendimento em tempo integral ou parcial, onde a criança aprende brincando.

#### **17- Colégio 1º de Junho – Particular**

**Foi fundado em 06 de fevereiro de 1999**, reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação. O nome do Colégio foi escolhido em homenagem à fundação da Cidade de Maria da Fé. No início funcionou em um prédio alugado à Rua Vereador Antonio Venturelli, 45, Turquia, oferecendo os seguintes cursos: Educação Infantil, nível III e Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série. No ano de 2000 mudou-se para o atual prédio, na Rua José de Campos Sales, 111, Centro e passou a oferecer a Educação Infantil, Maternal, Níveis I, II e III e o ensino fundamental de 1ª a 7ª Série. Em 2001, funcionou a 1ª turma de 8ª Série.

**Atualmente:** Atende alunos do maternal de 03 anos ao 3º ano do Ensino Médio, que atualmente é integrado com o curso pré-vestibular. O Colégio também oferece um curso de Inglês para outros alunos do município.

## **18- Uniararas:**

Quando o Curso de Pedagogia UNIARARAS-EAD foi implantado em Maria da Fé quase todos os professores da Rede Municipal de Educação eram habilitados com Licenciatura Plena no Curso Normal Superior ou em Pedagogia e muitos destes profissionais já possuíam Pós-graduação, a maioria na área da Educação. O Curso, no entanto, incentivou grande parte dos jovens moradores das comunidades rurais, a continuar os estudos superiores no próprio município.

Em 9 de abril de 2012, a Fundação Hermínio Hometto-Uniararas promoveu o primeiro processo seletivo em Maria da Fé, com 37 candidatos ao Curso de Pedagogia, entre os quais quatro matrículas não foram efetivadas. Até o momento, o Curso conta com vinte cinco alunos matriculados, portanto, oito alunos evadiram. O curso tem a duração de quatro anos.

No ano seguinte, foi implantado o Curso de Administração de Empresas, também de quatro anos, com quinze alunos matriculados, sendo que houve apenas uma evasão. Em 2014, foi organizada mais uma turma de Pedagogia com uma com 37 candidatos ao Curso de Pedagogia, entre os quais cinco matrículas não foram efetivadas. Até o momento, o Curso conta com 28 alunos matriculados, portanto, nove alunos evadiram.

Foi estabelecido um convênio entre a FHO-Uniararas e a Prefeitura Municipal para a cessão de salas na E.M. Arlindo Zaroni, próxima à APAE, além da assistência logística com materiais impressos para os alunos e para a Secretaria da escola, materiais de limpeza e complementos para as aulas e eventos promovidos pelos alunos. O curso é semi-presencial com aulas diárias. Há apenas um tutor por turma, fazendo a mediação das apostilas e vídeos (material fornecido pela Uniararas) e os alunos. A cada semestre letivo, os alunos se deslocam para Araras-SP, onde se localiza a sede da Faculdade Hermínio Ometto, em ônibus fretado pela própria instituição, para realizar as avaliações semestrais. Nas reuniões administrativas- pedagógicas na sede, os tutores contam com uma ajuda de custo da Prefeitura Municipal.

### **Unipac:**

Em 2003, a Faculdade de Educação e Estudos Sociais da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), com sede em Barbacena (MG), estabeleceu convênio com a Prefeitura Municipal de Maria da Fé, para dar início à primeira turma do Curso Normal Superior, Licenciatura Plena, com a habilitação em Docência em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Através deste convênio, a prefeitura, se comprometeu a ceder uma das salas do novo prédio da E.M. Arlindo Zaroni, situada à Av. Dona Mariquinha, nº 2110, para a realização do curso e os materiais necessários à manutenção da Unidade de Ensino (equipamentos de Secretaria e sala dos professores). Além disso, a Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Câmara dos Vereadores oferecia também 9 (nove) bolsas de estudo parciais, que atendia prioritariamente os candidatos professores efetivos da rede municipal ensino, com dificuldades financeiras para arcar com as mensalidades do curso.

Foram ofertadas 50 (cinquenta) vagas por turma, sendo cinco bolsas parciais (50%), concedidas através de um processo seletivo (Vestibular), seguindo a legislação da Universidade, cujos critérios eram semelhantes ao Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Até 2010, foram formadas duas turmas do Curso Normal Superior: a 1ª turma de agosto de 2003 a julho de 2006 e a segunda turma deste ano até agosto de 2009. A partir de 2008 a UNIPAC aderiu ao PROUNI, mas a participação do município na concessão de Bolsas de Estudos integrais e parciais continuou o mesmo até o final do Curso (CEPLAI – 2008).

A partir de 2010, o número reduzido de candidatos ao Curso Normal Superior e as novas determinações do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) quanto à qualidade dos cursos de formação de professores (transformação do Normal Superior em Pedagogia; avaliação da IES no ENADE, número de professores com Mestrado e Doutorado, etc), a UNIPAC não autorizou a abertura de novos cursos de Pedagogia em Maria da Fé.

Em 2010, após uma pesquisa no Ensino Médio da E.E. Nossa Senhora de Lourdes, que indicou o Curso Técnico de Enfermagem como o mais procurado entre os jovens desta escola, a Profª. Maria Magda Ribeiro, de posse da documentação para instalação do Curso, procurou o Sr. Prefeito Adilson dos Santos, que fez um convênio com a Universidade Presidente Antonio Carlos, se prontificando ao empréstimo do prédio da E.M. Arlindo Zaroni e a realizar obras de infraestrutura, que incluía um Laboratório,

equipamentos e instrumentos necessários ao curso, além de livros para a Biblioteca, obtidos com o apoio da Secretária Municipal de Educação, Sra. Patrícia de Almeida Bernardo.

Durante um ano e meio de duração do Curso (08/2010 a 12/2011) houve uma evasão de nove alunos, portanto, trinta e um alunos foram aprovados. Em fevereiro de 2013, sob a direção de Sabrina Carvalho Silva houve novo processo seletivo, sendo formada a segunda turma de Técnicos de Enfermagem, com matrícula de 19 alunos e aprovação de 13 alunos.

Atualmente o convênio da Prefeitura Municipal com a UNIPAC foi cancelado devido a falta de matrícula.

### **19- Universidade Holística do Brasil**

Esta Universidade considera a descoberta de que temos cérebro holográfico e vivemos num Universo Holográfico, isto é, onde todos dependem de todos, e assim ousa resgatar uma convivência pacífica, para o crescimento de todos e restaurar o planeta Terra.

O objetivo dos cursos é o resgate do conhecimento e do sentido positivo de viver as crises e as transformações que ocorrem na vida, acessando possibilidades para atitudes mais seguras, produtivas e otimistas.

A Universidade acredita que todo esse esforço e mudança de comportamento, levará o Ser Humano ao despertar de uma consciência ecológica e à realização de projetos reais na cura da humanidade e do planeta, neste momento cósmico, em que enfrentamos tão grandes desafios.

Acreditando no desenvolvimento do Ser, a UHB, oferece cursos de formação: ao Ser Humano do agora, o ser humano que desperta o Poder, Sabedoria e Amor.

Possui Curso de Formação e de Terapeuta Holístico.

## 4.2- DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

### 4.2.1- Garantia do Direito à Educação Básica com Qualidade

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.

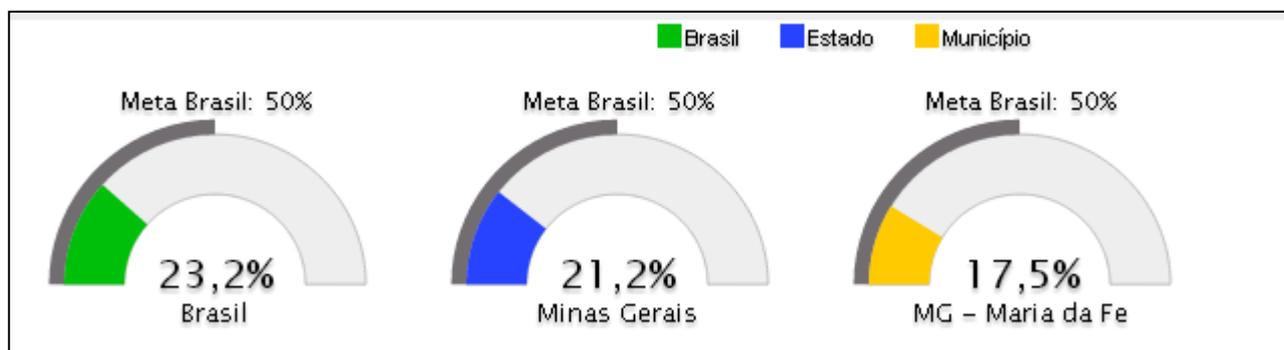
#### 4.2.1.1 Educação Infantil

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 1: “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

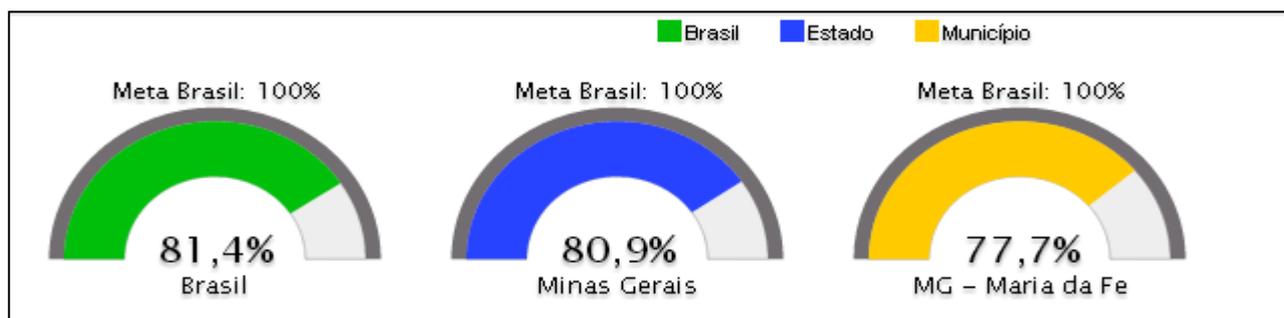
O município oferta a educação infantil de 4 e 5 anos desde 2010 e se organizará para tentar cumprir a meta de atender 50% das crianças de até 03 anos em Creches, até o final da vigência do Plano Nacional de Educação, tendo em vista que algumas crianças nesta faixa etária residem na zona rural.

GRÁFICO 13 – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

GRÁFICO 14 – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nac. por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 Município– IBGE/Censo – 2010

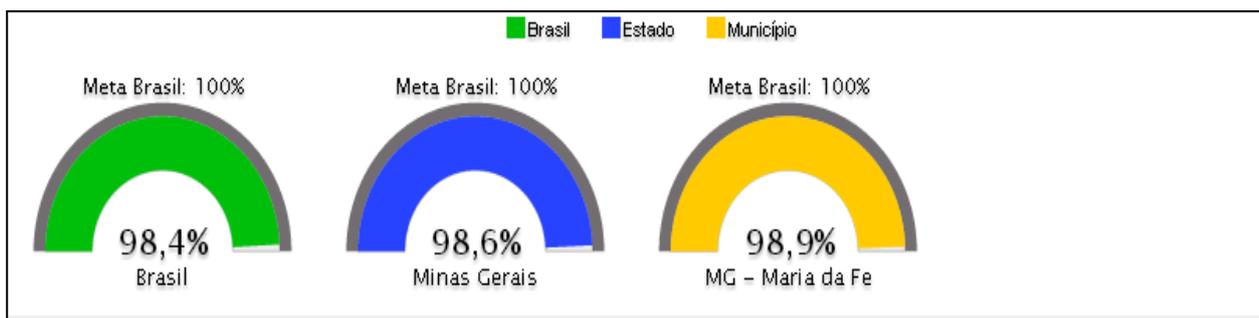
#### 4.2.1.2- Ensino Fundamental

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 2: “Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

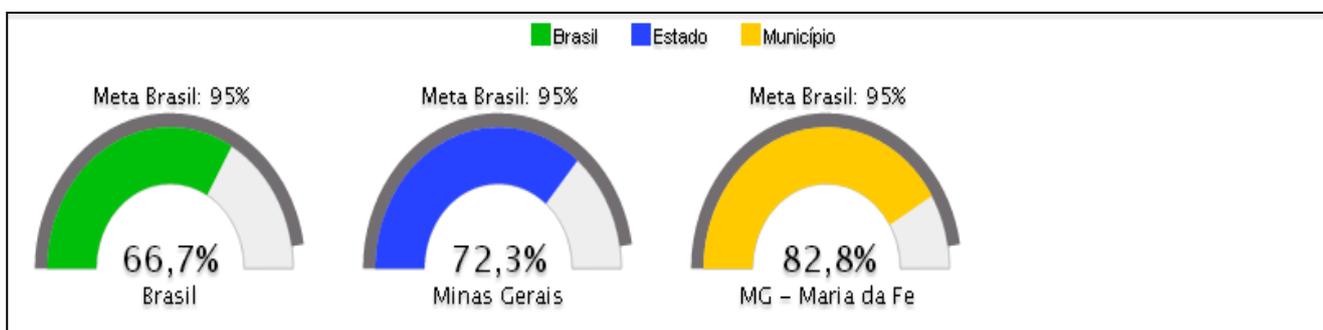
No município de Maria da Fé todas as crianças de 06 a 14 anos têm matrícula garantida tanto na rede municipal, estadual ou particular. O que ocorre durante o ano letivo é que alguns alunos dos anos finais do ensino fundamental evadem e os casos são encaminhados ao Conselho Tutelar, para que notifiquem a família orientando-os a reencaminhar os filhos para a Escola.

GRÁFICO 15 – Percentual da população de 6 a 14 anos que freqüenta a escola



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013  
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

GRÁFICO 16 – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013  
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

TABELA 2 Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

<b>Ano</b>	<b>Distorção Idade-Série</b>
2006	5,3
2007	4
2008	4,9
2009	7,1
2010	7,8
2011	9,6
2012	9,2
2013	9,2

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

TABELA 3 - Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental

<b>Ano</b>	<b>Distorção Idade-Série</b>
2006	25,2
2007	21,2
2008	18,6
2009	19
2010	14,1
2011	14,1
2012	17,6
2013	18,7

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

### 4.2.1.3- Ensino Médio

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 3: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.”

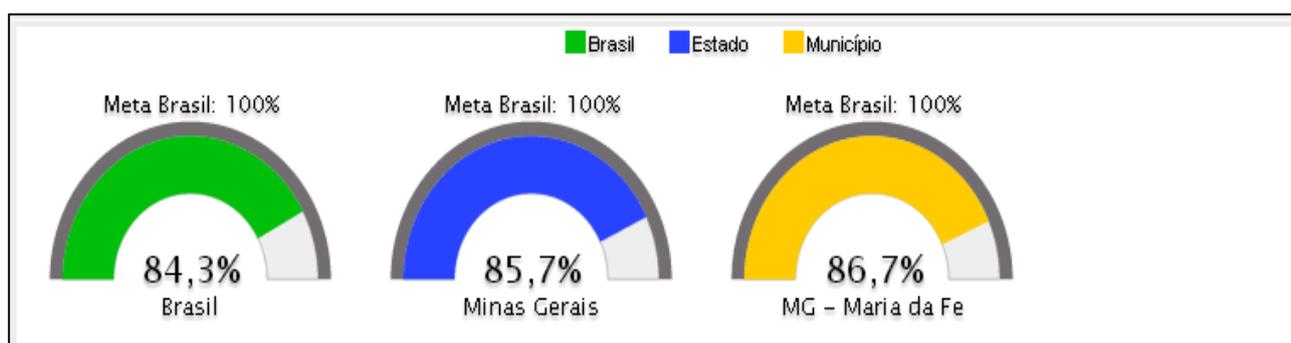
Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

Toda a população de 15 a 17 anos tem vaga e matrícula garantida para freqüentar o ensino médio na rede estadual e particular. Infelizmente muitos alunos abandonam a escola sem ter concluído o ensino médio.

Com a implantação dos cursos profissionalizantes (PRONATEC) a evasão diminuiu, pois os alunos tiveram a oportunidade de concluir o ensino médio com um diploma de um curso profissionalizante.

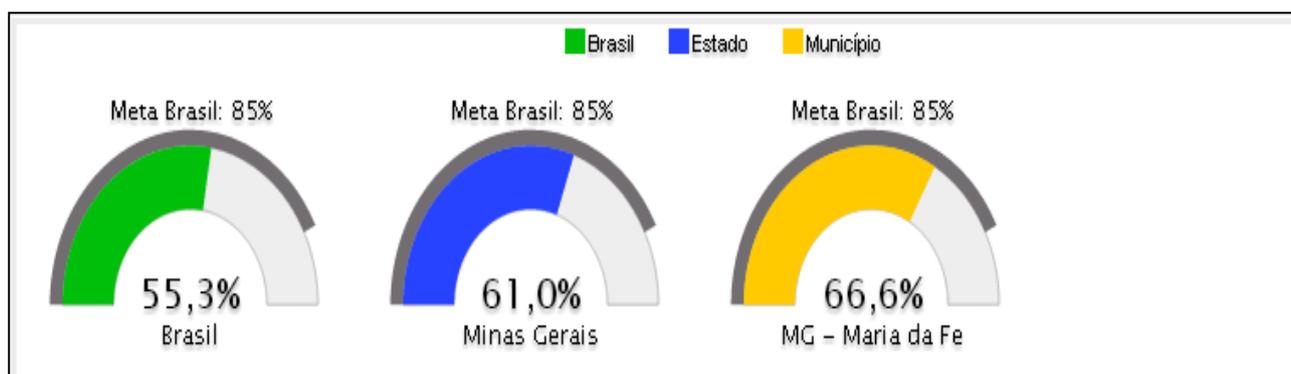
Vale a pena ressaltar que em 2010 o município já atingiu a taxa líquida de matrículas no ensino médio de (85 %), atendendo 86,7% da população de 15 a 17 anos.

GRÁFICO 17 – Percentual da população de 15 a 17 anos que freqüenta a escola



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013  
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

GRÁFICO 18 – Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nac. por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013Município – IBGE/Censo – 2010

TABELA 4 – Taxa de Distorção Idade-série – Ensino Médio

Ano	Distorção Idade-Série
2006	36,6
2007	29,7
2008	24,9
2009	19,7
2010	18,3
2011	16,8
2012	12,5
2013	12,3

Fonte: Mec/Inep/DEED/CS

#### 4.2.1.4- Alfabetização

Em relação a esse tema, o PNE previu duas metas: a) meta 5: “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”; b) meta 9: “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.”

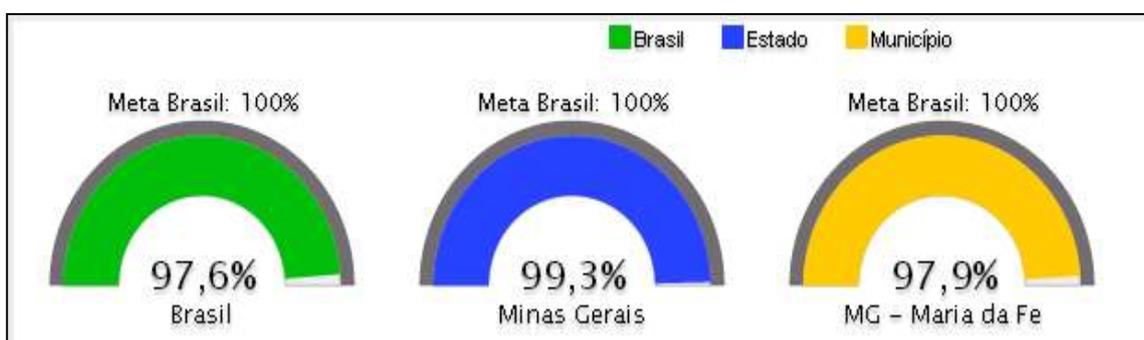
Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

Atualmente as Escolas que atendem os anos iniciais do Ciclo de Alfabetização, do 1º ao 3º ano, tentam garantir a meta do Governo Federal de: “Toda criança alfabetizada até os 8 anos de idade”.

Os professores de alfabetização participaram nos anos de 2013 e 2014 do “Pacto Nacional pela Educação na Idade Certa” pela Alfabetização na Idade Certa, o que contribuiu muito para o alcance desta meta, diminuindo assim a reprovação de alunos no 3º ano do Ciclo de Alfabetização, contribuindo para que os alunos concluam essa etapa na idade recomendada.

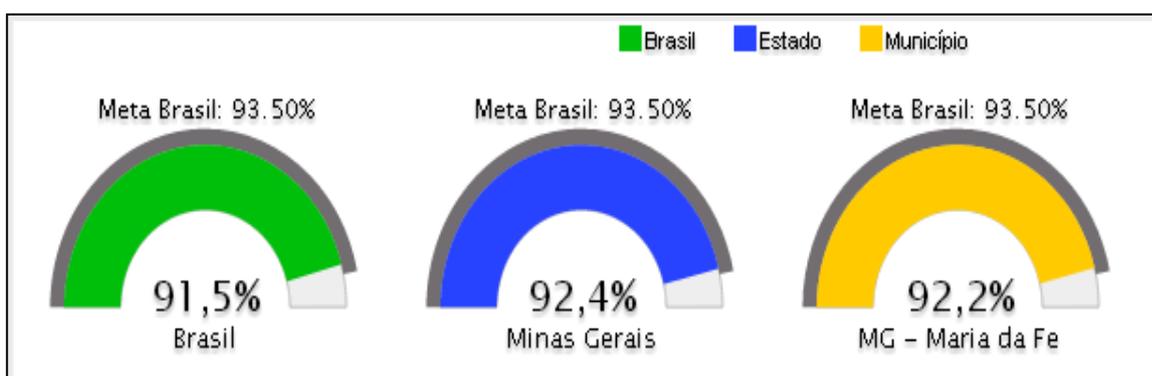
Nos anos finais do Ensino Fundamental os alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem são atendidos da seguinte maneira: Rede Municipal: recuperação paralela, avaliação substitutiva, aulas de reforço e se mesmo com todo esse apoio não obtêm a nota mínima exigida em três conteúdos (no mínimo), são reprovados; Rede Estadual: recuperação paralela, processo de dependência, o que dificulta a reprovação do aluno; Rede particular: adota o sistema seriado desde o primeiro ano.

GRÁFICO 19 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental



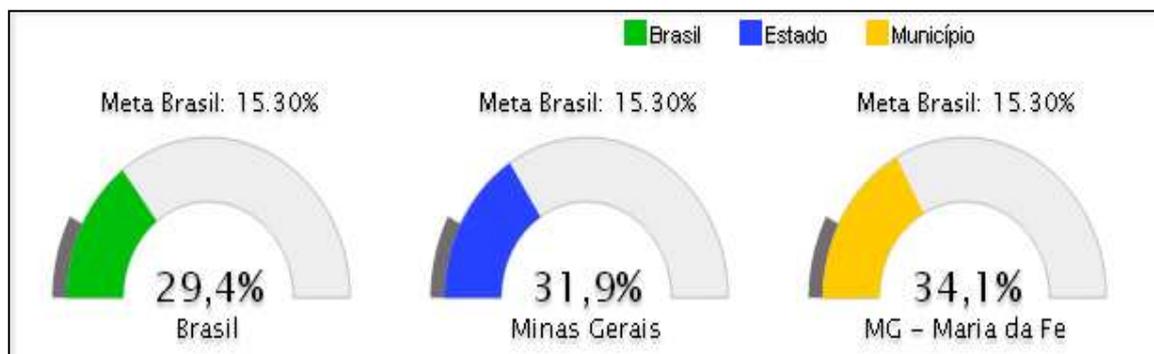
Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013  
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

GRÁFICO 20 – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013  
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

GRÁFICO 21 – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013  
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

#### 4.2.1.5-Educação em Tempo Integral

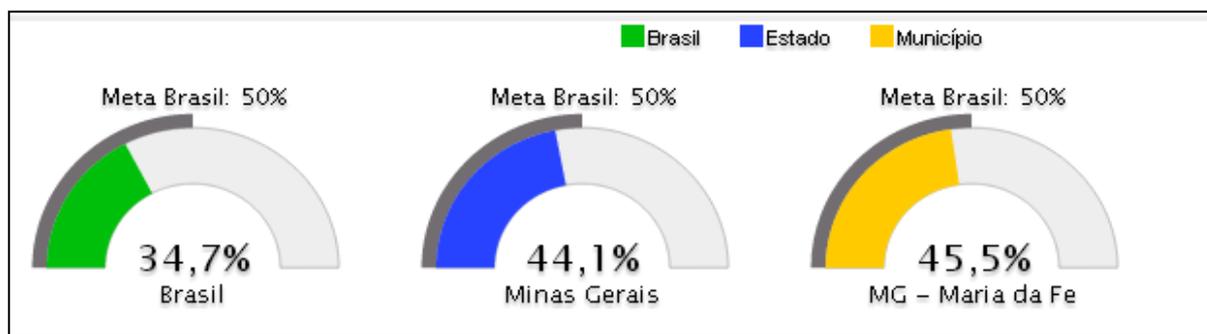
Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 6: “Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

Na rede municipal somente as creches funcionam em período integral, as demais escolas ainda não atendem os alunos em tempo integral, mas a Secretaria Municipal de Educação está se organizando para oferecer a educação em tempo integral com início nas Escolas Municipais Rurais.

As Escolas Estaduais já ofereceram educação em tempo integral nos anos de 2013 e 2014 pelo PROETI para alguns alunos matriculados nas mesmas.

GRÁFICO 22 – Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares



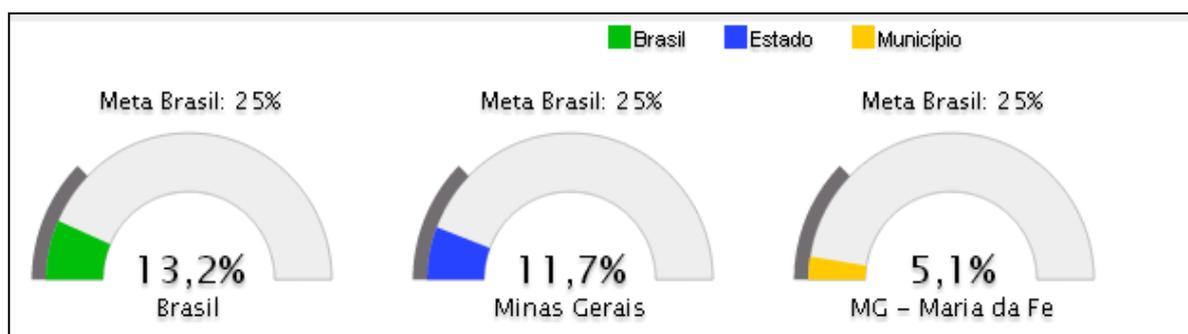
Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013

TABELA 5 – Média de horas-aula diária dos alunos por etapa de ensino

Etapa					
Ano	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental - anos iniciais	Ensino Fundamental - anos finais	Ensino Médio
2010	7,9	4,7	4,5	4,5	4,2
2011	5,7	4,1	4,5	4,5	4,4
2012	5,4	4	4,5	4,5	4,4
2013	5,6	4	4,5	4,5	4,4

Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI

GRÁFICO 23 – Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013

#### 4.2.1.6- Aprendizado Adequado na Idade Certa

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 7: “Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb”:

TABELA 6 – Médias nacionais para o Ideb constantes na meta 7 do PNE.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: PNE (Lei nº13.005/2014).

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

O município atingiu nos anos iniciais do Ensino Fundamental a meta projetada para além de 2021. Já nos anos finais a meta projetada não foi alcançada, mas com o trabalho sistematizado e eficiente poderá atingir metas projetadas para os próximos anos.

TABELA 7 – IDEB observado e Meta projetada do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública de Maria da Fé.

4ª série / 5º ano													
Município ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
MARIA DA FE	3.9	5.0	5.9	6.2	6.3	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1

Fonte: INEP

TABELA 8 – IDEB observado e Meta projetada do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública de Maria da Fé

8ª série / 9º ano													
Município ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
MARIA DA FE	4.0	4.2	4.5	4.9	4.8	4.1	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0

Fonte: INEP- EJA Integrada à Educação Profissional

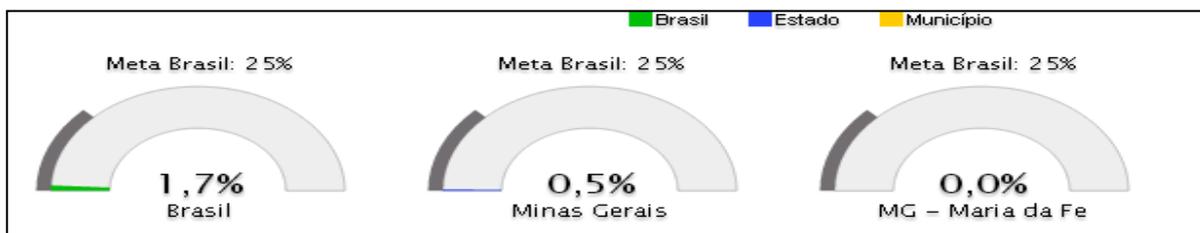
#### 4.2.1.7- EJA Integrada à Educação Profissional

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 10: “Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

O município oferece matrículas na Educação de Jovens e Adultos mas ainda não oferece matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional e precisa se organizar para atender essa demanda.

GRÁFICO 24 – Percentual de matrículas de educação e jovens e adultos na forma integrada à educação profissional



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013 Educação Profissional

#### 4.2.1.8 - Educação Profissional

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 11: “Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

A partir de 2010 a Escola Estadual “Nossa Senhora de Lourdes” passou a oferecer educação profissional técnica de nível médio pelo PRONATEC. Também foram oferecidos pela Secretaria de Assistência Social alguns cursos profissionalizantes em parceria com o Senac.

TABELA 9 – Matrículas de Educação Profissional Técnica total e por forma de articulação com o Ensino Médio

Forma de articulação com o Ensino Médio

Ano	Integrada	Concomitante	Subsequente
2007	0	0	0
2008	0	0	0
2009	0	0	0
2010	0	0	18
2011	0	0	31
2012	0	0	0
2013	0	61	10

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

TABELA 10- Matrículas de Educação Profissional Técnica por rede

Rede

<b>Ano</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
2007	0	0
2008	0	0
2009	0	0
2010	18	0
2011	0	31
2012	0	0
2013	52	19
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação		

TABELA 11 - Matrículas de Educação Profissional Técnica por localidade

Localidade

<b>Ano</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
2007	0	0
2008	0	0
2009	0	0
2010	18	0
2011	31	0
2012	0	0
2013	71	0
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação		

## 4.2.2- Superação das Desigualdades e a Valorização das Diferenças

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no contexto das metas que dizem respeito à superação das desigualdades e à valorização das diferenças, caminhos imprescindíveis para a equidade.

### 4.2.2.1- Educação Especial / Inclusiva

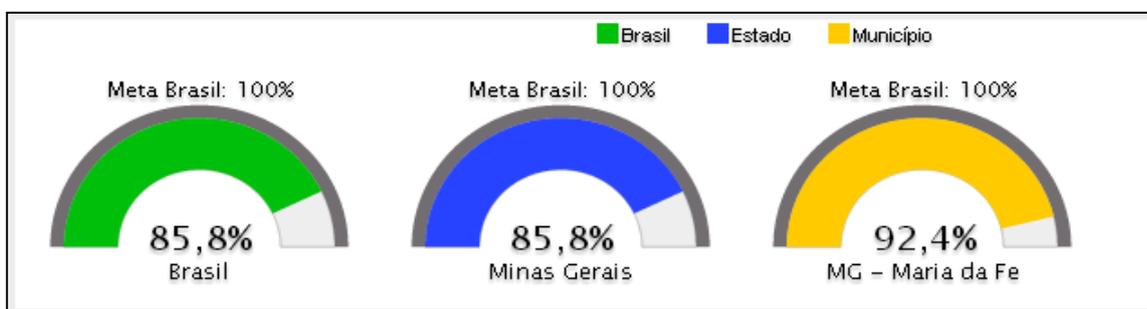
Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 4: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

O município conta com a Escola Estadual “Renascer de Educação Especial” e a Apae que atendem alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento por escolarização.

O processo de inclusão destes alunos na rede municipal e estadual já acontece nos casos mais simples. O município possui três salas de AEE para atender essa clientela e o Estado possui uma sala de AEE em cada escola Estadual. Estamos nos organizando para atingir essa meta.

GRÁFICO 25 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola



Fonte: Censo Populacional - 2010

TABELA 12 - Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por tipo de classe

Ano	Classes Especiais		Escolas Exclusivas		Classes Comuns	
	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade
2007	0%	0	98,2%	108	1,8%	2
2008	0%	0	84,8%	117	15,2%	21
2009	0%	0	75,9%	85	24,1%	27
2010	0%	0	45,3%	77	54,7%	93
2011	0%	0	39,8%	74	60,2%	112
2012	0%	0	36%	76	64%	135
2013	0%	0	41,6%	96	58,4%	135

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

#### 4.2.2.2- Elevação da escolaridade / diversidade

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 8: “Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

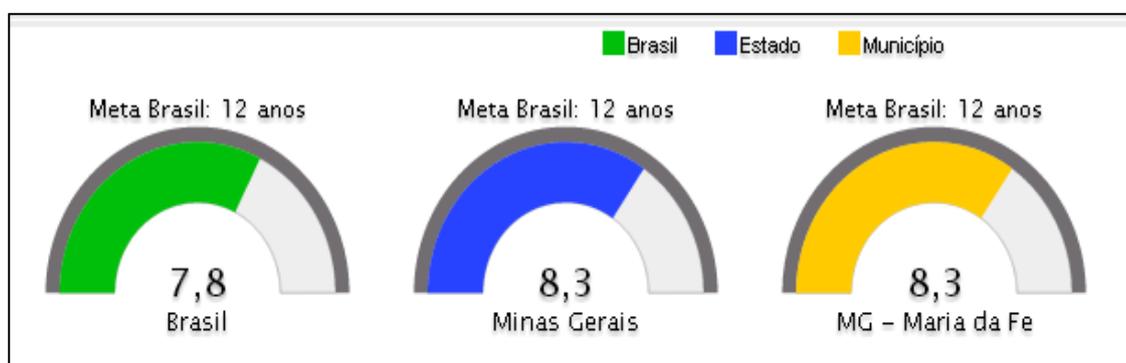
No município de Maria da Fé somente as Escolas Estaduais oferecem escolaridade para esta população de 18 a 29 anos, por meio da Educação de Jovens e Adultos. Como podemos observar nos gráficos a seguir, uma porcentagem mínima dessa população procura a escolarização tanto na zona urbana como na zona rural. É mínima também a procura de escolarização entre os 25% mais pobres. Em relação à população negra podemos observar que 93,1% procuram a escolarização.

GRÁFICO 26 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos



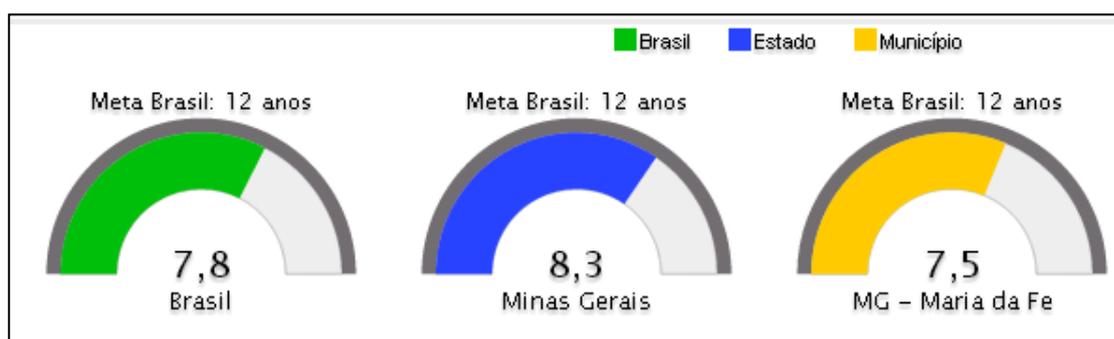
Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013  
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

GRÁFICO 27 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural



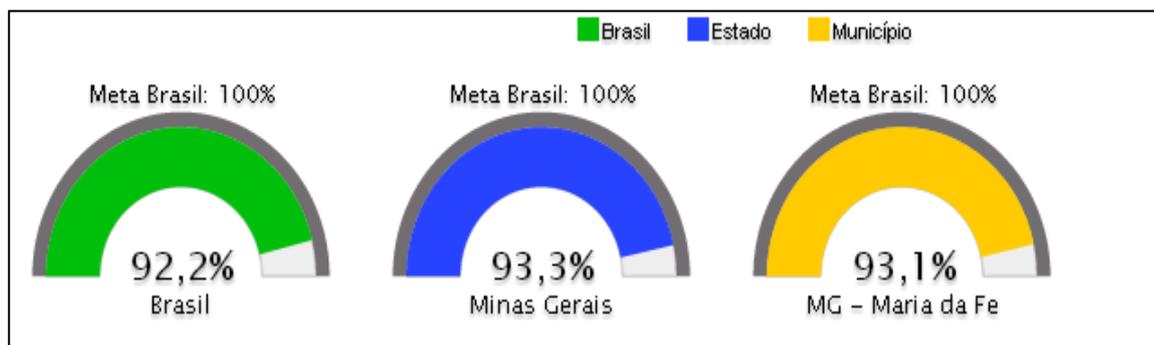
Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nac. por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 Município – IBGE/Censo – 2010

GRÁFICO 28 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente entre os 25% mais pobres



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013  
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

GRÁFICO 29 – Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013  
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

#### 4.2.3- Valorização dos Profissionais da Educação

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito às metas que cuidam da valorização dos profissionais da educação, consideradas estratégicas para que as demais sejam atingidas.

##### 4.2.3.1- Formação dos Professores

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 15: “Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

No município os professores que ainda não possuem curso superior estão cursando uma licenciatura. Um número mínimo de professores que não possuem curso superior e não estão cursando são profissionais que já estão em fim de carreira.

Com o processo de extensão de séries nos anos finais do Ensino Fundamental, muitos professores com curso superior passaram a atuar na disciplina requerente à sua licenciatura.

TABELA 13 – Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior

Ano	Com superior		Sem licenciatura		Com licenciatura	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2007	80,1%	133	5,4%	9	74,7%	124
2008	76,9%	130	3%	5	74%	125
2009	76,2%	128	2,4%	4	73,8%	124
2010	78,7%	133	4,1%	7	74,6%	126
2011	78,7%	140	7,9%	14	70,8%	126
2012	73,9%	130	5,1%	9	68,8%	121
2013	81%	141	9,8%	17	71,3%	124

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

TABELA 14 - Porcentagem de professores que tem licenciatura na área em que atuam

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura na área em que atua	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2009	100%	78	73,1%	57	26,9%	21	21,8%	17
2010	100%	54	92,6%	50	57,4%	31	53,7%	29
2011	100%	77	90,9%	70	75,3%	58	58,4%	45
2012	100%	85	81,2%	69	77,6%	66	54,1%	46
2013	100%	79	100%	79	91,1%	72	59,5%	47

Fonte: Mec/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

#### 4.2.3.2 -Formação Continuada e Pós-Graduação

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 16: “Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

Atualmente a formação continuada dos professores é realizada pelo Sistema Anglo de Ensino, através do Convênio com a Prefeitura. Os professores alfabetizadores receberam a formação continuada do PACTO promovido pelo MEC. Os demais professores, de acordo com o interesse, tiveram a oportunidade de participar dessa formação continuada.

No município de Maria da Fé em 2013, 35,6% dos professores já possuíam pós-graduação. Atualmente 73,5% dos professores da Educação Básica já possuem pós-graduação.

TABELA 15– Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu

Ano	Total do indicador	
2007	15,7%	26
2008	47,3%	80
2009	42,3%	71
2010	31,4%	53
2011	32,6%	58
2012	33,5%	59
2013	35,6%	62

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

TABELA 16 – Porcentagem de professores da educação básica com pós graduação por tipo de graduação

Ano	Especialização		Mestrado		Doutorado	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2007	15,7%	26	0%	0	0%	0
2008	47,3%	80	0,6%	1	0,6%	1
2009	42,3%	71	0%	0	0%	0
2010	31,4%	53	0%	0	0%	0
2011	32%	57	0,6%	1	0%	0
2012	33,5%	59	0%	0	0%	0
2013	35,6%	62	0,6%	1	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

#### 4.2.3.3- Remuneração do Magistério

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 17: “Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

O município cumpre o valor do piso salarial nacional a partir de 2012 e a partir de 2014 passou a cumprir a Resolução ... que prevê, um terço da carga horária fora da sala de aula.

TABELA 17 - Remuneração média dos professores de 2010 a 2014.

2010	2011	2012		2013	2014
624,22	686,64	Jan/Junho 814,36	Julho/Dez. 1.074,96	1.074,96	1.203,96

TABELA 18 - Despesas com Pessoal - Poder Executivo e Legislativo

Despesas com Pessoal - Poder Executivo e Legislativo						
EXERCÍCIO	EXECUTIVO		LEGISLATIVO		MUNICÍPIO	
	ÍNDICE	DESPESA (R\$)	ÍNDICE	DESPESA (R\$)	ÍNDICE	DESPESA (R\$)
2010	51,21%	R\$ 7.187.783,58	3,17%	R\$ 445.424,53	54,38%	R\$ 7.633.208,11
2011	47,3%	R\$ 8.175.894,42	2,73%	R\$ 471.504,81	50,03%	R\$ 8.647.399,23
2012	51,2%	R\$ 9.841.236,10	2,64%	R\$ 508.445,15	53,84%	R\$ 10.349.681,25
2013	48,1%	R\$ 10.311.021,24	2,92%	R\$ 625.170,17	51,02%	R\$ 10.936.191,41

Fonte: SIACE/PCA - dados apresentados/auditados

#### 4.2.3.4- Plano de Carreira

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 18: “Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

O município não tem Plano de Carreira aprovado. Já foram elaborados dois Planos de Carreira, mas não foram encaminhados pelo Executivo ao Legislativo para aprovação.

O primeiro Plano foi elaborado em 2008 e reelaborado em 2009, mas por estar fora da realidade do município não foi encaminhado para aprovação.

O segundo Plano foi elaborado em 2010, mas não foi aprovado pelos profissionais da Educação Municipal.

Um dos fatores que dificulta a implantação do Plano de Carreira é o funcionamento das Escolas Rurais com número reduzido de alunos em sala de aula.

Para cumprir essa meta o município necessita se organizar e reestruturar os Planos já elaborados com base na valorização dos profissionais da Educação.

#### 4.2.4- Ensino Superior

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito às metas que cuidam do ensino superior e de pós-graduação.

Em relação a esse tema, o PNE previu três metas: a) meta 12: “Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”; b) meta 13: “Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores”; c) meta 14: “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

#### RESUMO DOS PRINCIPAIS CURSOS SUPERIORES:

##### UNIARARAS – CURSOS DE PEDAGOGIA E ADMINISTRAÇÃO

	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Matrícula Inicial</b>	-	-	33	44	76
<b>Matrícula Final</b>	-	-	29	39	64

##### UBRA – CURSOS DE PEDAGOGIA

	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Matrícula Inicial</b>	19	-	-	-	-
<b>Matrícula Final</b>	16	-	-	-	-

##### OUTROS CURSOS SUPERIORES (alunos que se deslocam para cidades vizinhas)

Engenharia, Enfermagem, Administração, Pedagogia, Direito, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Ciências Biológicas, Econômicas, Contábeis e da Computação

	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Matrícula Inicial</b>	462	409	390	368	355
<b>Matrícula Final</b>	387	323	341	340	322

#### 4.2.5- Gestão Democrática e Participação Social

Nesta seção, serão apresentados dados e informações que caracterizam o município no que diz respeito à meta do PNE que cuida da gestão democrática e da participação social.

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 19: “Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

A gestão democrática da educação no município de Maria da Fé é efetivada através da participação da comunidade escolar, por meio dos Conselhos: Conselho Municipal, Conselho do Fundeb e Conselho de Alimentação Escolar pela Secretaria Municipal de Educação e Conselhos de Classes e Colegiados pelas Escolas.

QUADRO 2 – Instrumentos de Gestão Democrática existentes no município

Ano	Conselho do FUNDEB	Conselho Escolar	Conselho Alimentar Escolar	Conselho de Transporte Escolar
2011	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) / Preparação: Todos Pela Educação

#### Existência de Conselho Municipal de Educação

Ano	Possui Conselho Municipal de Educação?	O Conselho Municipal de Educação realizou reunião nos últimos 12 meses?
2006	Sim	Sim
2009	Sim	Sim
2011	Sim	Sim

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação

### QUADRO 3 – Caráter do Conselho Municipal de Educação

Ano	Deliberativo	Fiscalizador	Normativo	Consultivo
2006	Sim	Sim	Sim	Sim
2009	Sim	Sim	Sim	Sim
2011	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação

#### 4.2.6- Financiamento

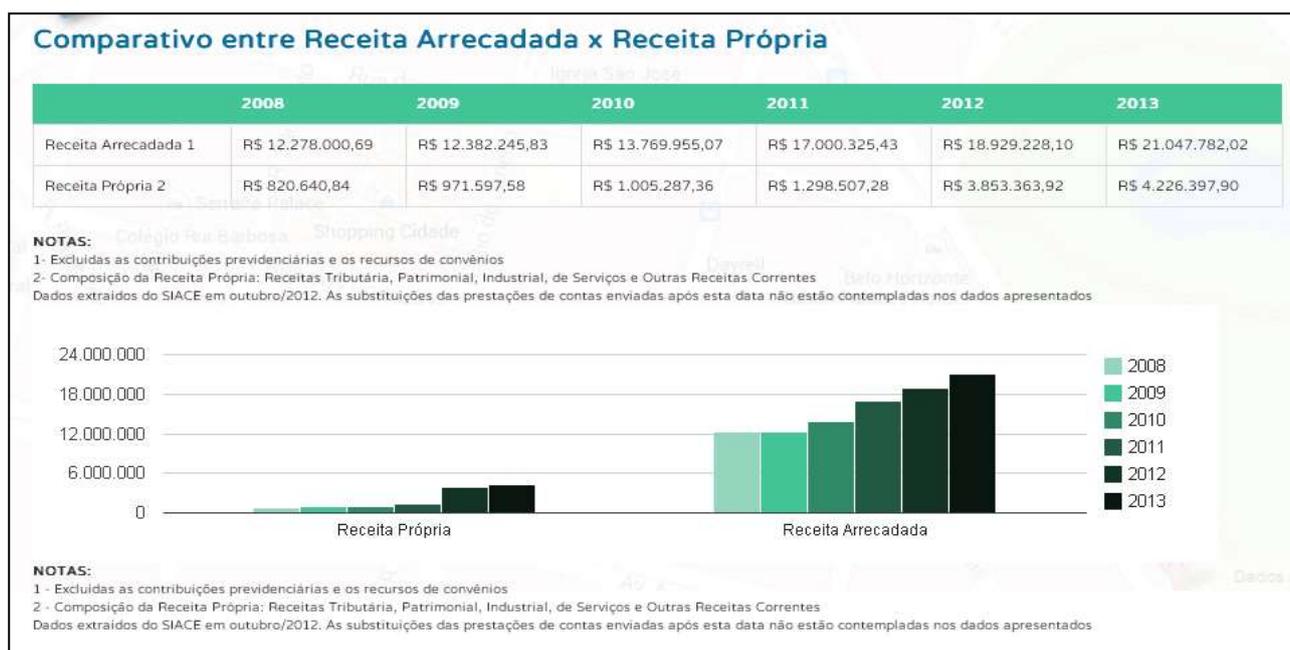
Nesta seção, serão apresentados dados e informações que caracterizam o município no que diz respeito à meta do PNE que cuida do financiamento da educação.

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 20: “Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

Como podemos observar nos gráficos a seguir, o município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, sempre mais do que exigido por lei.

#### GRÁFICO 30 - Receita Arrecadada x Receita Própria (R\$)



Fonte: TCEMG - Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo – SIACE

TABELA 19 – Percentual de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Percentual de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino				
ÍNDICES	2010	2011	2012	2013
Índice constitucional aplicado	28,45%	31,83%	30,06%	31,47%

Fonte SIACE/PCA

TABELA 20 – Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino				
ÍNDICES	2010	2011	2012	2013
Educação Infantil	R\$ 206.993,83	R\$ 231.827,82	R\$ 273.082,74	R\$ 248.256,22
Ensino Fundamental	R\$ 860.457,07	R\$ 1.560.174,78	R\$ 1.362.353,46	R\$ 1.760.502,32
Educação de Jovens e Adultos	R\$ 8.886,50	R\$ 7.720,00	R\$ 9.031,00	R\$ 0,00
Educação Especial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Gastos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contribuição ao FUNDEB	R\$ 2.023.740,49	R\$ 2.473.497,57	R\$ 2.609.114,18	R\$ 2.827.484,61
Total	R\$ 3.101.572,89	R\$ 4.274.839,17	R\$ 4.255.200,38	R\$ 4.837.779,15
Total de alunos matriculados	1.495	1.619	1.619	1.536
Gastos com o Ensino por Aluno	R\$ 2.073,63	R\$ 2.639,42	R\$ 2.627,29	R\$ 3.148,60

**Fonte:** SIACE/PCA - dados apresentados/auditados - SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais: Censo Escolar  
**Nota:** Data da Consulta ao SIACE: 22/05/2015. Os dados informados poderão ser alterados em razão de Pedido de Reexame e/ou ação fiscalizatória.

TABELA 21- Gastos com Profissionais do magistério

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ – MG**

**RELATÓRIO DE GASTOS COM FUNDEB – 60%**

**2010**

DESCRIÇÃO	VALORES	% Aplicado
RECEITA DO FUNDEB em 2010	<b>2.927.749,77</b>	
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.756.649,86	<b>60,00 %</b>
DESPESA REALIZADA em 2010	<b>1.889.104,23</b>	<b>64,52 %</b>

**2011**

DESCRIÇÃO	VALORES	% Aplicado
RECEITA DO FUNDEB em 2011	<b>3.356.698,59</b>	
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.014.019,15	<b>60,00 %</b>
DESPESA REALIZADA em 2011	<b>2.224.810,42</b>	<b>66,28 %</b>

**2012**

DESCRIÇÃO	VALORES	% Aplicado
RECEITA DO FUNDEB em 2012	<b>3.963.133,08</b>	
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.377.879,85	<b>60,00 %</b>
DESPESA REALIZADA em 2012	<b>2.661.995,59</b>	<b>67,17 %</b>

**2013**

DESCRIÇÃO	VALORES	% Aplicado
RECEITA DO FUNDEB em 2013	<b>4.634.137,16</b>	
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.780.482,29	<b>60,00 %</b>
DESPESA REALIZADA em 2013	<b>3.117.643,70</b>	<b>67,28 %</b>

**2014**

DESCRIÇÃO	VALORES	% Aplicado
RECEITA DO FUNDEB em 2014	<b>5.314.870,77</b>	
Valor Mínimo a ser Aplicado	3.188.922,46	<b>60,00 %</b>
DESPESA REALIZADA em 2014	<b>3.961.435,17</b>	<b>74,53 %</b>

  
 Eduardo Evanildo Ferreira  
 Contador - CRC: 52.820/MG

## **REFERÊNCIAS**

Os dados e indicadores utilizados no presente diagnóstico são oficiais e públicos, estando disponíveis para consulta nos sites abaixo:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=249>

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

<http://ideb.inep.gov.br/>

<http://www.observatoriodopne.org.br/>

<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

<http://www.tce.mg.gov.br>